

O “Ministério da Verdade” por trás do 08/01/2023: a relação entre 1984 de George Orwell e as *fake news* do governo Bolsonaro

The “Ministry of Truth” behind 08/01/2023: the relation between George Orwell’s 1984 and the fake news of Bolsonaro’s government

Artigo recebido em 30/06/2023 e aprovado em 17/07/2023.

Jorge Alberto Mendes Serejo

Mestre em direito e instituições do sistema de justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Professor da Universidade Federal do Maranhão e do Centro Universitário UNDB. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura da UNDB.

Bruna Louise Pontes Oliveira Lima

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNDB. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura da UNDB.

Resumo

O presente trabalho propõe traçar um paralelo entre o Ministério da Verdade – órgão estatal responsável por reescrever a história no romance “1984” – e a fábrica de *fake news* do governo Bolsonaro a fim de compreender como a desinformação culminou no ato antidemocrático de 8 de janeiro de 2023. Para isso, será analisado como a obra “1984”, de George Orwell, serve como fundamento para uma análise crítica do direito. Em seguida, será estabelecida uma relação entre o Ministério da Verdade e a fábrica de *fake news* do governo bolsonarista. Por fim, será estudado como essa fábrica de *fake news* corroborou para os atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, esclarecendo como o fato se relaciona com o Ministério da Verdade e as constantes guerras do universo de “1984”. A fim de alcançar tais objetivos, esta pesquisa teórica, que possui natureza básica e se qualifica como exploratória, promove procedimento de revisão bibliográfica de autores relativos ao direito e à literatura, *fake news* e bolsonarismo, a saber, Germano Schwartz (2006), Steve Levitsky (2018) e Cesar Calejon (2021).

Palavras-chaves: direito; literatura; Bolsonaro; Ministério da Verdade; George Orwell; notícia falsa, *fake news*.

Abstract

This paper aims to draw a parallel between the Ministry of Truth – state body responsible for rewriting history in the novel “1984” – and the Bolsonaro government’s fake news factory in order to understand how disinformation culminated in the anti-democratic act of January 8, 2023. To accomplish this, an analysis will be conducted on how George Orwell’s novel “1984” serves as a foundation for a critical analysis of law. Next, a relationship will be established between the Ministry of Truth and the Bolsonaro government’s fake news factory. Finally, it will be studied how this fake news factory contributed to the anti-democratic acts that occurred on January 8, 2023, clarifying how this fact relates to the Ministry of Truth and the ongoing wars in the universe of “1984”. In order to achieve these objectives, this theoretical research, which has a basic nature and qualifies as exploratory, promotes a bibliographic review procedure of authors related to law and literature, fake news, and Bolsonarism, namely Germano Schwartz (2006), Steve Levitsky (2018), and Cesar Calejon (2021).

Keywords: law; literature; Bolsonaro; ministry of truth; George Orwell; fake news.

1 Introdução

Na fábula “O javali, o cavalo e o caçador” de Esopo, o cavalo pediu ajuda a um caçador para que pudesse se vingar de um certo javali. O homem concordou em ajudá-lo, porém, disse que, para isso, o cavalo deveria colocar

peças de ferro entre as mandíbulas para que o caçador pudesse guiá-lo com as rédeas; e a sela em suas costas, pois só assim o caçador poderia se manter firme enquanto seguiam o inimigo. O cavalo concordou e, como prometido, os dois venceram o javali. Contudo, quando o cavalo disse ao homem para descer e tirar a sela e rédeas de seu corpo, o caçador se negou. Com o poder sobre o cavalo, disse que preferia manter as coisas daquele jeito (LEVITSKY, 2018, p. 28).

Steve Levitsky (2018, p. 108) uma vez disse que, por mais irônico que possa parecer, as massas manipuladas acreditam nas contradições mais absurdas quando estão com medo. As maquinações mais marcantes são aquelas em que os políticos autoritários alegam estar tomando para “proteger a democracia”.

Muitas vezes, o inimigo – na fábula representado pelo javali – nunca existiu factualmente. Às vezes uma suposta ameaça pode ser inventada para criar na população a necessidade de ser protegida e, assim, o povo se sentir seguro em abdicar de sua liberdade pela proteção do Estado. Dessa forma, o governante, líder ou “salvador” terá mais poder. Cada vez mais poder.

Esse tipo de estratégia soa como uma maquinação ficcional de alguma distopia moderna, mas basta uma rápida pesquisa sobre alguns regimes totalitários para se identificar de onde a inspiração foi tirada – como será mostrado neste artigo.

A invenção de um inimigo e a disseminação de notícias falsas não é algo novo, mas recentemente se tornou um fenômeno mundial contemporâneo popularizado pelo termo *Fake News*. Essa categoria não pode ser simplesmente traduzida para “notícias falsas”, pois isso seria sinônimo de mentira, e a mentira está no campo da moral, não no campo jurídico, quer dizer, não seria da competência do direito julgá-la. Para o presente artigo, será utilizada a definição de Luiz Antonio Oliveira (2021, p. 101) para o termo. Desse modo, *Fake News*, na verdade, são notícias fraudulentas espalhadas com a intenção de manipular um grupo de indivíduos a fim de obter vantagem política ou econômica.

É um fenômeno mundial que se relaciona com a desinformação. Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, a disseminação crescente das *fake news* é extremamente nociva para a democracia. Mais especificadamente no Brasil, essa onda de desinformação resultou em um ataque físico a um dos maiores símbolos da democracia brasileira: o Congresso Nacional¹.

Diversos enredos de ficção científica abordaram a temática relativa à manipulação governamental das massas. Quem leu “1984” de George Orwell talvez consiga enxergar algumas semelhanças entre o fenômeno contemporâneo das *fake news* e o Ministério da Verdade – órgão estatal responsável por reescrever a história e, dessa forma, alterar a realidade.

A presente pesquisa busca estudar de que forma o Ministério da Verdade, da obra “1984”, de George Orwell, se relaciona com o processo de desinformação que contribuiu para o abalo do Estado democrático de direito no Brasil em 08/01/2023. O trabalho se justifica, pois obras como “1984” podem ajudar na melhor compreensão dos sistemas de governo, leis e da sociedade em que são aplicadas. Orwell escancara as consequências de uma fábrica de desinformação em massa e alerta a sociedade contra os regimes totalitários. A história pode ser usada como analogia e metáfora para situações reais, e também ajuda na análise das *fake news* como um instrumento nocivo para a democracia.

Estudar o livro “1984” esclarece e expõe muitas das ferramentas tradicionais dos governos tiranos, afiando o olhar do estudante brasileiro para reconhecer os métodos que foram silenciosamente aplicados nos últimos tempos, bem como prevenir a população dessas estratégias já bem conhecidas e aplicadas na política.

A autora desta pesquisa, além de enxergar a necessidade de conhecer os mecanismos de manipulação política tão comumente usados no âmbito global, também busca entender como funciona o desmoronamento de uma democracia por meio da desinformação e do caos. Por ser uma escritora de fantasia distópica, ter a possibilidade

1 MENSAGENS mostram como bolsonaristas articularam ato em Brasília que levou a invasão de STF, Congresso e Planalto. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/mensagens-bolsonaristas-terroristas-brasilia.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

de estudar e entender como funciona a tomada de poder para a ascensão de um Estado autoritário, bem como o caminho inverso da retomada dos direitos e liberdade, lhe desperta bastante interesse.

O presente artigo possui abordagem qualitativa teórica, sendo livros e artigos a principal fonte de informação, os quais foram pesquisados pela temática e depois selecionados usando-se como base a graduação e o nível da graduação dos autores, além da formalidade do conteúdo e das referências utilizadas. Houve uma grande necessidade da citação de notícias a fim de comprovar muitos dos atos governamentais praticados nas eleições de 2018 e no ataque antidemocrático de 08/01/2023 por parte dos bolsonaristas. A maioria dos jornais pertenceu à G1, CNN e Uol, pois são grandes veículos de informação que dependem do compromisso com a verdade para manter seu prestígio. Além disso, a maioria de suas páginas têm acesso gratuito. Deixou-se de usar outras fontes confiáveis – mas que também noticiavam a mesma coisa – por ser preciso fazer uma assinatura para ler a matéria completa.

Para a pesquisa foi-se utilizado o método hipotético-dedutivo (NEVADO, 2008), no qual há uma hipótese central e, no decorrer do estudo, a verificação de sua procedência. A hipótese em questão aborda que, assim como no Ministério da Verdade; as *fake news* foram usadas como instrumento para causar medo, revolta e mobilizar uma camada da população a pensar e agir como se estivessem vulneráveis a uma constante ameaça inventada – uma suposta ditadura comunista –, o que não só incentivou, como “validou”, em suas concepções, os atos violentos e antidemocráticos de 08/01/2023.

No capítulo um, a fim de elucidar o motivo da utilização da literatura para explicar o direito, foram usados como base os estudos de dois principais juristas: Germano Schwartz (2006) e Arnaldo Sampaio Godoy (2008). Este trabalho adota o método interdisciplinar “Direito e Literatura” (GODOY, 2008), no qual utilizam-se elementos literários para explorar o direito e compreendê-lo mais a fundo. É uma expressão acadêmica do Movimento Direito e Literatura (*Law and Literature Movement*), que busca achar pontos de apoio na literatura que possam conduzir o direito (constitucional) a uma melhor reflexão sobre seus valores e suas decisões (SCHWARTZ, 2006, p. 52).

Tanto Godoy quanto Schwartz explicam como a literatura não só já faz parte, mas também é imprescindível para o direito. Além disso, o livro “1984” será destrinchado e cada categoria – que, unidas, explicam o funcionamento do referido universo distópico – será analisada.

No capítulo dois haverá um foco maior para o fenômeno das *fake news* tanto no âmbito mundial quanto no brasileiro, e um aprofundamento no órgão “Ministério da Verdade” descrito por George Orwell. Para este capítulo, os principais teóricos analisados serão Steven Levitsky (2018) e Giuliano da Empoli (2019), pois ambos narram acontecimentos reais e recentes sobre como a fábrica de *fake news* conseguiu elevar o nome das pessoas mais improváveis para os cargos políticos mais importantes de um país.

No terceiro capítulo, a origem e ascensão do governo Bolsonaro serão destrinchadas, bem como o processo que culminou no ato de 08/01/2023, que será comparado às incessantes guerras do livro “1984”. Serão analisadas as obras de Luiz Oliveira (2021) e de Cesar Calejon (2021), que estudam de perto o fenômeno do bolsonarismo no Brasil. Pontos importantes dos capítulos anteriores serão retomados para uma comparação mais aprofundada entre a realidade contemporânea e os mecanismos distópicos dignos de ficção.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura da UNDB.

2 Direito e literatura como dispositivo de análise crítica do direito

Quando se fala em literatura, inclusive no âmbito acadêmico, ainda é comum enxergar certo ceticismo por parte de alguns operadores do direito. É como se houvesse uma lacuna bem delimitada que separasse o “assunto sério” do “assunto de entretenimento”.

Tal qual a água e o óleo, impossível de se misturar.

Há muitos fatores para isso ocorrer, e, nesse capítulo, será exposto como o Movimento Direito e Literatura surgiu para tentar quebrar a visão positivada que até hoje perdura sobre alguns juristas. A literatura não apenas é importante para o direito, como também é intrínseca a ele. Não como água e óleo, mas como água e tinta, pois, com o olhar literário, a água é *enxergada*. Dessa forma, o caso concreto é melhor compreendido e analisado. A literatura

traz vida às letras insípidas da lei, que desde o início não devem ser tratadas como linhas imutáveis cravadas em pedra fria.

Como será visto nesse capítulo, a literatura pode interagir com o direito de diversas formas. Uma delas é por meio de romances capazes de criticar aspectos da realidade. A obra “1984”, de George Orwell, é um exemplo de como a análise sobre o direito e fatos do cotidiano político pode ficar mais clara e acessível quando auxiliada por um crítico olhar literário.

Segundo Orwell (2021-B, p. 16), escrever, por si só, é uma atitude política. E a obra “1984” irá demonstrar quão importante é a literatura para o exercício dos direitos fundamentais resguardados pelos Estados Democráticos.

2.1 Direito e literatura

Germano Schwartz (2006, p. 14-15) explica que o direito tem tomado um rumo burocrático e neoliberal nocivo para a Constituição. Em outras palavras, tem sido visto sob uma ótica extremamente positivada. Seu objetivo com o estudo do direito e da literatura é resgatar um olhar mais sensível sobre a justiça, que com o tempo foi sendo perdido.

Compreende-se, portanto, que a importância fundamental da literatura para o direito é a sua *humanização*². A literatura já existe na esfera jurídica, mas por causa do fortalecimento de uma visão positivista na atualidade – quer dizer, a separação entre a arte e o direito –, ocorreu um processo de desumanização dessa esfera. Schwartz (2006, p. 19) explica:

Enfim, o tratamento literário do Direito é uma constante, tendo-se em vista que este é um sistema social, e que aquela postula refletir acerca dos fenômenos sociais. Contudo, o reverso não é prática usual. O sistema jurídico, via de regra, não se socorre da Literatura para suas decisões, mesmo quando se trate de casos análogos reais (não-ficcionais). Vale dizer: é raro a jurisdição (constitucional), em especial a brasileira, tomar emprestada a observação proporcionada pela Literatura para suas análises e sentenças. Nesse sentido, alguns sociólogos e juristas passam a tentar preencher essa lacuna.

Em outras palavras, a separação entre a literatura e o direito resulta em uma lacuna que, posteriormente, precisará ser preenchida – pelo menos por aqueles que se importam em humanizar as letras frias e distantes da lei.

Quando se permite que a literatura toque o direito, novas abordagens surgem ao se interpretar a ciência jurídica, diminuindo o distanciamento temporal entre a lei e a sociedade. A superação do modelo positivista, dessa forma, se torna viável por meio da transdisciplinaridade justamente por esta trazer novas perspectivas para a interpretação do direito (Schwartz, 2006, p. 18).

O Movimento Direito e Literatura (*Law and Literature Movement*) foi uma reação a favor da utilização de elementos literários no direito. Nasceu nos Estados Unidos em 1970, tendo como seus principais expoentes os autores J. Boyd-White e Richard Weisberg. Nessa época, alguns teóricos já haviam comentado sobre essa possibilidade, mas foi o movimento que de fato impulsionou os estudos da literatura no direito por meio da sistematização de um método organizado de estudo. O movimento teve certa repercussão no velho continente e nos países anglo-saxões, ganhando uma melhor estrutura nos anos de 1980, mas não foi tão englobado na cultura jurídica brasileira (SCHWARTZ, 2006, p. 51).

Schwartz (2006, p. 51-52) explica que o movimento surgiu a partir de uma publicação escrita por James Boyd-White, denominada *The Legal Imagination*, na qual discute o Direito usando como base algumas peças literárias de autores como Jane Austen, Ésquilo, Tolstoy, George Orwell e entre muitos outros.

Nos mesmos Estados Unidos da América, o estudo do Direito e da Literatura tomou corpo, mesmo que tenha havido uma certa ausência de metodologia nessa abordagem. Nesse sentido, importante ressaltar que várias faculdades de Direito daquele país já possuem uma disciplina que pode ser ligada ao Direito e à Literatura. Como relata Junqueira, já em 1987,

² Para este artigo, a categoria de humanismo utilizada provém do livro “O humanismo como categoria constitucional” de Carlos Ayres Britto. Essa *humanização* refere-se ao respeito aos fundamentos constitucionais dispostos no art. 1º, inc. I a V, da CF/1988, principalmente por parte dos juristas, que aplicam a lei sobre o caso concreto. É um olhar mais empático que retoma os direitos fundamentais, sem os quais a sociedade estaria condenada à barbárie (BRITTO, 2012, p. 37-39).

entre 175 Faculdades de Direito dos Estados Unidos, 38 ofereciam cursos relativos à Literatura e ao Direito, entre elas, a afamada *Harvard Law School*. Como não existe pesquisa mais recente, é de se esperar que hoje, 2006, esse número seja bem maior (SCHWARTZ, 2006, p. 52).

O objetivo dessa proposta é usar a literatura como uma base capaz de fornecer ao Direito (e à Constituição) reflexões necessárias acerca do bem e do mal, do justo e do injusto, do legal e do ilegal. A literatura conduzirá o direito (constitucional) de modo a aprofundá-lo, imergir na compreensão de seus valores e tomadas de decisões (SCHWARTZ, 2006, p. 52).

Antes de explicar como a obra “1984” de George Orwell pode servir como um fundamento para a análise crítica do direito, primeiro foi abordado como a literatura e o direito se entrelaçam. Agora será analisado como esses dois sistemas – direito e literatura – podem se relacionar na prática.

Há várias *formas* de como isso pode ocorrer. Arnaldo Godoy (2008) explana três das diversas classificações: a literatura no direito, a literatura como possibilidade de expressão do direito e o direito *na* literatura. Germano Schwartz (2006), por sua vez, trabalha com o direito *na* literatura – tal qual Godoy –, o direito como literatura e o direito *da* literatura.

Para o presente artigo, é interessante focar nos conceitos do “direito *na* literatura”.

Schwartz (2006, p. 53) explica que “[...] o Direito na Literatura é o ramo da disciplina Direito e Literatura que estuda as formas sob as quais o Direito é representado na Literatura.”

Segundo Godoy (2008, p. 27), quem originalmente tentou alcançar o direito *na* literatura foi John Henry Wigmore, responsável por desenvolver um método próprio – posteriormente denominado como *Wigmore Chart* – que consistia em esmiuçar um roteiro analítico. Havia um propósito pedagógico por trás de seu pensamento e, mesmo sabendo que nem sempre os romances apresentavam uma realidade jurídica com a mais precisa fidelidade, explicou que seu destinatário não era o leigo, mas o advogado.

Wigmore observava que a literatura permite desfile de espécies sociais, do mesmo modo que a zoologia ensinaria a aproximação com as espécies animais. Textos literários descrevem soldados, operários, mercadores, marinheiros, poetas, mendigos, cléricos. Textos de zoologia apreenderiam lobos, leões, burros, tubarões, cordeiros. Problemas que preocupam juristas são questões de caracteres humanos, enfrentadas pela literatura de ficção (GODOY, 2008, p. 32).

A importância social da literatura inclui o desenvolvimento de um olhar mais empático por parte do leitor, que será capaz de enxergar o mundo através de novas perspectivas.

Para este artigo, a classificação de Wigmore mais importante dentro do direito na literatura é a quarta: enredos que são marcados por algum assunto jurídico, os quais afetam direitos e condutas das personagens.

Em outras palavras, é o que ocorre em “1984”, de George Orwell. A obra literária se trata de uma ficção, todavia, aborda temas que dialogam diretamente com o direito. A intenção do autor era mostrar uma previsão do que aconteceria com o mundo caso certas tendências políticas contemporâneas ao seu tempo fossem completamente realizadas. A obra retrata um estado totalitário embasado no medo, ódio e dor, no qual a privacidade, amor e liberdade foram abolidos (FLYNN, 1989, p. 6).

Nessa classificação, a literatura serve ao direito em muitos aspectos. Seja para metaforizar uma crítica, fazer denúncias de problemas reais ou provocar uma reflexão. Godoy (2008, p. 12) exemplifica:

Montesquieu motejou da França pré-revolucionária, na qual o rei contava com conselheiro quase adolescente e com amante octogenária. Swift demonstrou o ridículo das pendengas entre liberais e conservadores, imaginando conflito entre defensores de sapatos de saltos altos que enfrentavam os partidários do uso de sapatos de saltos baixos. Lima Barreto denunciou as políticas do Barão do Rio Branco, fazendo-o na figura do imaginário Visconde de Pancombe.

No caso de Orwell, ele representou um mundo distópico com base nos regimes totalitários que ganhavam força em seu tempo. A obra “1984” foi publicada em 1949, período marcado por um contexto histórico de profundas mudanças políticas e sociais no âmbito global. O totalitarismo ganhava força na Europa com a recente queda do nazismo, e o avanço do modelo totalitário da Rússia se fortalecia na consciência política ocidental (ORWELL, 2021-A, p. 381).

2.2 O universo de “1984”

O livro “1984” é contado do ponto de vista de Winston, protagonista que mostra insatisfação com o governo vigente. Ele é posteriormente encorajado por Júlia, outro personagem que compartilha opiniões contra a doutrina imposta, a desobedecer às regras gradualmente.

É importante destacar o papel do Grande Irmão na obra “1984”. Embora ele não seja um personagem em si, sua presença é sentida constantemente por meio da vigilância e controle que os membros do partido impõem um nos outros. Ao invés de uma entidade física, o Grande Irmão se aproximaria mais de uma ideia – um símbolo – que representa o poder absoluto.

A história se passa em 1984, na Oceania – um dos três países existentes no mundo. Juntamente com a Eurásia e a Lestásia, controlam a maior parte do território global. A narrativa mostra as três grandes potências em constante estado de guerra, com seus governos se aliando e rompendo essas alianças de forma revezada pelo domínio das áreas “neutras” – territórios que não foram conquistados por nenhum dos três países. A Oceania é governada pelo Partido sob a figura endeusada do Grande Irmão, a quem todos devem lealdade, e é dividida em quatro Ministérios: o Ministério da Verdade, responsável pela propaganda e manipulação da informação; o Ministério do Amor, encarregado da aplicação da lei e da ordem; o Ministério da Pujança, responsável pela economia e produção; e o Ministério da Paz, que supervisiona as atividades militares e a guerra.

Escrito em letras elegantes na parede branca e imponente do Ministério da Verdade, há os *slogans* fundamentais do Partido: Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força. A afirmação de que esses antônimos são, na verdade, sinônimos, é uma forma de escancarar a contradição muito significativa de um ministério que se denomina como “Da Verdade”.

O livro dá um nome para esse tipo de pensamento contraditório: o duplipensamento. Orwell (2021-A, p. 252) explica:

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do duplipensamento, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, culpa.

Erich Fromm (1961, p. 376) comenta que, apesar de “1984” ter sido bastante inspirado no regime totalitário da União Soviética, interpretar o duplipensamento unicamente como um ataque ao stalinismo é empobrecer a crítica trazida por Orwell. O duplipensamento já existe e está, inclusive, presente nas sociedades capitalistas. Fromm criticou o Ocidente, que afirmava ser o “mundo livre”.

Nós, do Ocidente, falamos em “mundo livre”, e nele incluímos não apenas sistemas como os dos Estados Unidos e da Inglaterra, baseados em eleições livres e liberdade de expressão, como também ditaduras sul-americanas (pelo menos as incluímos enquanto existiram) e várias formas de ditadura, como as de Franco e Salazar, e as da África do Sul, Paquistão e Etiópia. Quando falamos em mundo livre, referimo-nos a todos os Estados que se posicionam contra Rússia e China, e de forma alguma, como as palavras podem dar a entender, a Estados que tenham liberdade política (FROMM, 1961, p. 375).

Outro exemplo que Fromm (1961, p. 375) traz e que pode ser encaixado na sociedade contemporânea é o alto investimento tecnológico no desenvolvimento de armamentos para possíveis guerras – Erich Fromm usou de exemplo as bombas atômicas, mas hoje em dia pode se incluir até as armas virtuais ou biológicas –, todavia, se é ignorado completamente os resultados danosos dessas tecnologias para o mundo como um todo, incluindo para os próprios desenvolvedores.

O duplipensamento existe nas menores coisas, como na crença idealista e constantemente repetida por sua empresa de que seu produto é o melhor do mercado. Isso sendo verdade ou não, pouco importa questionar. O que importa é que, enquanto se está servindo àquela empresa, o pensamento de que ela é a melhor se torna a verdade e o questionamento de uma verdade objetivamente válida é abdicado.

Outra questão importante na discussão de Orwell está intimamente relacionada ao “duplipensamento”, a saber, que em uma manipulação bem-sucedida da mente, a pessoa não mais está dizendo o oposto do que pensa, mas pensa o oposto do que é

verdadeiro. Assim, por exemplo, se ela desiste completamente de sua independência e de sua integridade, se passa a ver-se como algo pertencente ao Estado, ao Partido ou à corporação, então dois e dois são cinco, ou “Escravidão é liberdade”, e ela se sente livre porque não tem mais consciência da discrepância entre verdade e falsidade (FROMM, 1961, p. 376).

O duplipensamento é o que permite que o Ministério da Verdade – responsável pela propaganda e manipulação da informação – crie notícias falsas sem precedentes e, no dia seguinte, afirme o completo oposto, como se a informação do dia anterior nunca tivesse existido. O Ministério da Verdade é a voz do Grande Irmão e, como o Grande Irmão nunca está errado, as pessoas só assumem que a notícia do *agora* sempre foi a correta e a única existente. O duplipensamento é uma das grandes chaves para o controle da população.

Cada detalhe do universo de “1984” tem um propósito. Por exemplo, o idioma oficial da Oceania é a Novafala. O personagem Syme explica, entusiasmado, o propósito desse idioma. A meta é reduzir o número de palavras ao máximo. Algo aparentemente inofensivo, mas que tem efeitos catastróficos na mente do ser humano.

[...] Tenho a impressão de que você acha que nossa principal missão é inventar palavras novas. Nada disso! Estamos destruindo palavras – dezenas de palavras, centenas de palavras todos os dias. Estamos reduzindo a língua a osso [...]. Que coisa bonita, a destruição de palavras! Claro que a grande concentração de palavras inúteis está nos verbos e adjetivos, mas há centenas de substantivos que também podem ser descartados. Não só os sinônimos; os antônimos também. Afinal de contas, o que justifica a existência de uma palavra que seja simplesmente o oposto de outra? Uma palavra já contém em si mesma o sentido oposto. Pense em “bom”, por exemplo. Se você tem uma palavra como “bom”, qual a necessidade de uma palavra como “ruim”? “Desbom” dá conta perfeitamente do recado (ORWELL, 2021-A, p. 67 e 68).

O mesmo valeria para palavras de intensidade, como excelente e esplêndido. Todas seriam destruídas e substituídas pelo simples “Maisbom”. Em seguida, a própria personagem Syme explica as consequências – e, no fundo, o verdadeiro objetivo – por trás dessa ideia, que, claro, foi proveniente do Grande Irmão.

Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim, teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo [...]. Menos e menos palavras a cada ano que passa, e a consciência com um alcance cada vez menor [...]. A literatura do partido será outra. Os *slogans* serão outros. Como podemos ter um *slogan* como “Liberdade é escravidão” quando o conceito de liberdade foi abolido? Todo o clima de pensamento será diferente. Na realidade *não* haverá pensamento tal como entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar – não ter necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência (ORWELL, 2021-A, p. 68 a 70).

Uma massa não pensante facilitaria ainda mais o duplipensamento. Em outras palavras, a manipulação geral por meio da informação. O pensamento individual, assim como os corpos sem identidade, são objetos de controle. E esse controle é tão grande que até em nível de pensamento alguém pode cometer um crime.

Por sempre estarem sendo vigiados não só pela sociedade ao seu redor, mas também pelas teletelas – espécies de câmeras com autofalantes que estão em todo lugar –, um mísero sinal de conduta desviante pode lhes custar a vida. O medo é a principal arma de controle, pois o Estado é intolerante contra os não devotados, e o sumiço inexplicável de pessoas é muito comum – elas sendo desviantes ou apenas vítimas de um mal-entendido.

Outro ponto essencial e que será muito abordado neste artigo diz respeito ao que os “dois minutos de ódio” representam. “Dois minutos de ódio” é um evento diário que ocorre no romance “1984”. Na história, as pessoas são obrigadas a assistir a um vídeo de dois minutos que retrata um inimigo do Estado sendo torturado e insultado. Durante esse tempo, os cidadãos são encorajados a expressar sua raiva e ódio contra o inimigo, gritando e vaiando na frente da tela.

Em suma, os “dois minutos de ódio” fortalece o controle do Estado sobre a mente das pessoas por meio das fortes emoções, ao mesmo tempo em que estimula um senso de unidade em torno do inimigo comum. Isso faz parte da estratégia do Partido para manter o poder e suprimir qualquer forma de dissidência ou pensamento crítico.

Numa sociedade sem leis – pois literalmente não existem leis senão aquelas proferidas pelo arbitrário Grande Irmão –, a segurança jurídica é nula. Não se sabe o que pode ser considerado crime, e muito menos qual a punição que a conduta acarretará. Como uma verdadeira distopia, Orwell demonstrou as mazelas de um regime totalitário, além de escancarar todas as atrocidades desumanas a que o regime está vinculado.

Winston, o protagonista do livro “1984”, em um certo momento se questiona a finalidade para todo aquele sistema opressor. Ele consegue compreender como tudo funciona, mas não o porquê. E a explicação não poderia ser mais cruel.

Agora vou responder minha própria pergunta. É o seguinte: o Partido deseja o poder exclusivamente em benefício próprio. Não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, poder puro (ORWELL, 2021-A, p. 307 e 308).

Por meio da personagem O’Brien, George Orwell explica que, diferente dos nazistas alemães e dos comunistas russos, a Osteânia tem coragem de admitir a verdade. Ao invés de se esconder em desculpas sobre estar fazendo o melhor para a população que não sabe se autogovernar, e de alegar estarem protegendo-a apenas no momento da crise para depois libertá-la quando tudo estiver seguro – como na fábula “O Javali, o cavalo e o caçador” de Esopo –, a Osteânia admite que seu objetivo é o poder pelo poder.

Esse regime é feito unicamente para manter a própria estrutura interna. Manter a minoria privilegiada no poder e a massa dominada sempre a servindo. É uma verdadeira distopia, o resultado de uma sociedade irracional cuja base é o duplispensamento – que basicamente são espécies de *fake news*.

Erich Fromm (1961, p. 365) relatou:

[...] 1984, de George Orwell, é a expressão de um sentimento, e é uma advertência. O sentimento que expressa é de quase desespero acerca do futuro do homem, e a advertência é que, a menos que o curso na história se altere, os homens do mundo inteiro perderão suas qualidades mais humanas, tornar-se-ão autômatos sem alma, e nem sequer terão consciência disso.

Dessa forma, o *direito na literatura* mostra, na prática, a sua importância. George Orwell usou a literatura para fazer uma crítica ao totalitarismo de seu tempo, ele foi capaz de fazer o leitor entender e vivenciar as mais discretas camadas do totalitarismo. Orwell (2021-B, p. 16) explica que um dos motivos pelo qual escrevia era o desejo de impelir uma visão política sobre o mundo. Para ele, a arte é política, e negar isso é, igualmente, uma atitude política.

A obra também discorre sobre o direito na literatura na simbólica cena do primeiro ato de resistência do protagonista Winston: escrever um diário. Não que fosse algo proibido, já que não existiam leis, contudo, Winston estava ciente de que, caso fosse pego, poderia ser morto ou condenado a uns vinte e cinco anos de prisão.

Escrever representa o ato de emitir ideias. Escrever um diário representa o ato de emitir ideias *próprias*. Em outras palavras, a liberdade de expressão e pensamento. Em uma sociedade cujo direito de emitir opiniões é praticamente nulo, a cena marca o primeiro verdadeiro contato do leitor com o ser humano Winston.

Mesmo após se preparar durante semanas para aquele momento, a primeira tentativa de Winston é o retrato de uma mente acostumada com a censura e empobrecida pela Novafala:

Ficou sentado por algum tempo contemplando estupidamente o papel. A teletela passara a transmitir uma música militar estridente. Estranho, parecia não apenas ter perdido a capacidade de se expressar, como inclusive ter esquecido o que originalmente pretendia dizer (ORWELL, 2021-A, p. 18).

Sua primeira tentativa são relatos do cotidiano, no qual ele conta sobre o filme que assistiu, mas sem uma visão crítica do mundo ao seu redor. Nesse relato, percebe-se como Winston está inserido no sistema. Contudo, nas próximas tentativas e após um incentivo de uma bebida, seus verdadeiros pensamentos saem. Com letras graúdas e nítidas, ele escreve “Abaixo ao Grande Irmão”.

O próximo capítulo discorrerá sobre o conceito do Ministério da Verdade em comparação ao fenômeno contemporâneo das *fake news*, e como a desinformação tem influência direta no desrespeito aos direitos fundamentais defendidos pelos Estados Democráticos.

3 As fábricas de *fake news*

A disseminação de notícias falsas não é algo novo, mas recentemente se tornou um fenômeno mundial contemporâneo popularizado pelo termo *Fake News*. Não é oportuno traduzir essa categoria ao pé da letra para “notícias falsas”, pois, desse modo, todo o seu significado não seria abrangido. “Notícias falsas” é um termo que pode ser entendido como mentira, e a mentira pertence ao campo da moral, não ao campo do direito, então pouco pode

ser questionada no âmbito jurídico. Além disso, o termo “mentira” é muito brando para a nocividade trazida pelas *fake news* (OLIVEIRA, 2021, p. 101).

Para o presente artigo, será utilizada a definição de Luiz Antonio Oliveira (2021, p. 101) para o termo. Desse modo, *Fake News*, na verdade, são notícias fraudulentas espalhadas com a intenção de manipular um grupo de indivíduos a fim de obter vantagem política ou econômica.

É um fenômeno mundial que ganhou força nos últimos anos. Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, a disseminação crescente das *fake news* é extremamente nociva para a democracia. Mais especificadamente no Brasil, essa onda de desinformação resultou em um ataque físico a um dos maiores símbolos da democracia brasileira: o Congresso Nacional.

Para este capítulo, os principais teóricos analisados serão Steven Levitsky (2018) e Giuliano da Empoli (2019), pois ambos narram histórias reais e recentes sobre como a fábrica de *fake news* conseguiu elevar o nome das pessoas mais improváveis para os cargos políticos mais importantes de um país.

Levitsky (2018) conta todo o processo da ascensão de Donald Trump, um empresário que nunca sequer exerceu um cargo político anteriormente, à poderosa posição de presidente dos Estados Unidos. Já Da Empoli (2019) conta a história do Movimento 5 Estrelas, um partido político que nasceu de um *blog* reacionário e conseguiu se tornar um dos grupos mais poderosos da Itália.

Ambos os autores explicam o procedimento bem planejado por trás do sucesso desses políticos, além de mostrarem o quão danosos são esses métodos para a democracia. A importância de analisar as estratégias é evidente quando, no Brasil, encontram-se semelhanças tão marcantes entre as eleições de Jair Bolsonaro e dos supracitados governos.

As *fake news* são o cerne desse mecanismo de ascensão, formando uma espécie de duplipensamento sobre os eleitores. Assim como o Ministério da Verdade, as “fábricas de *fake news*” criam uma nova realidade capaz de manipular a população a acreditarem que “dois mais dois são cinco”. Ou, no caso do governo Bolsonaro, que a intervenção militar é a única solução para livrar o Brasil de uma suposta ditadura³.

3.1 O Movimento 5 Estrelas

Para compreender o governo Bolsonaro, é preciso entender que ele foi apenas um sintoma do que estava acontecendo no mundo. A ascensão de líderes populistas⁴ com discursos reacionários ameaçou as bases dos seus respectivos Estados por todo o mundo nos últimos anos. É importante frisar, porém, que tudo isso não foi fruto do acaso, mas de uma estrutura bem pensada que viu o potencial da internet e redes sociais para influenciar a opinião pública. Da Empoli (2019, p. 12) explica:

Onde quer que seja, na Europa ou em outros continentes, o crescimento dos populismos tomou a forma de uma dança frenética que atropela e vira ao avesso todas as regras estabelecidas [...]. Diante desse espetáculo, é grande a tentação, para muitos observadores, de levar as mãos aos céus e dar razão ao bardo: “O tempo está fora do eixo!”. No entanto, por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de *spindoctors*, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teriam chegado ao poder. Este livro conta a história deles.

Da Empoli menciona o termo “tecnopopulismo”, que seria uma versão tecnológica do já conhecido populismo. Com o avanço da internet que imergiu a sociedade em um novo contexto tecnológico, os líderes populistas não precisam mais se embasar apenas em carisma para moldar seus seguidores, pois se utilizam de algoritmos –

³ No ato antidemocrático de 08/01/2023, foram recolhidos os relatos dos bolsonaristas apreendidos. Um deles afirmou que “apenas queria se manifestar para que as Forças Armadas fizessem algo para salvar o Brasil”, se referindo a uma suposta ameaça comunista (COMPARE..., 2023). Em uma entrevista da BBC aos acampamentos de bolsonaristas que se recusavam a aceitar o resultado democrático das eleições, a pauta principal era a intervenção militar a fim de que fosse anulada a eleição, pois acreditavam que os resultados fossem fraudulentos (A ROTINA..., 2023).

⁴ Segundo Steven Levitsky, populistas são políticos que dizem representar a voz do povo, atacam o que chamam de elite corrupta e conspiradora, além de negar a legitimidade dos partidos já existentes. São “antiestablishment”. Afirmam que a democracia foi corrompida pela elite e prometem devolver o poder ao povo (LEVITSKY, 2018, p. 35).

tecnologia – para potencializar em larga escala a sua influência, por isso a junção dos termos tecnologia e populismo. É algo novo, possibilitado apenas pelo aprimoramento dos recursos disponibilizados pelas redes sociais e aplicativos da internet (BOCCHINO, SAMPAIO; 2022; p. 196).

Da Empoli (2019, p. 9) traz algumas figuras controversas que alcançaram cargos políticos elevados utilizando-se não somente desse novo instrumento, mas, primordialmente, das *fake news*. A união entre uma plataforma baseada em algoritmo e um conteúdo viral resultou em uma grande e eficiente arma política. Giuseppe Conte, por exemplo, foi nomeado como presidente do Conselho de Ministros da Itália – por meio do Movimento 5 Estrelas – sem nenhuma experiência política anterior. Após uma investigação, jornalistas descobriram que a única informação existente sobre Giuseppe Conte era seu *curriculum vitae on-line*, cujo conteúdo estava repleto de *fake news*. As prestigiadas Universidades, as quais Giuseppe alegou ter estudado, desmentiram a farsa.

Outras figuras polêmicas que conseguiram grandes posições políticas foram Luigi di Maio – também sem nenhuma experiência no ramo – e Matteo Salvini – um grande disseminador de discursos racistas na internet. Erguidos pelo Movimento 5 Estrelas, ambos acumularam votos suficientes para se tornarem vice-presidentes do Conselho. Mesmo após estarem em cargos tão altos, não se importavam em cometer gafes ou disseminar discursos de ódio e informações fraudulentas em suas redes sociais (DA EMPOLI, 2019, p. 11).

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as *fake news* que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito. No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática (DA EMPOLI, 2019, p. 12).

A história do Movimento 5 Estrelas é um exemplo claro das tendências populistas caóticas que foram adotadas pelos supracitados governos. Apelidado de M5S – em italiano *Movimento 5 Stelle* – o partido político foi inteiramente pensado pela ótica do marketing. Segundo relata Da Empoli (2019, p. 12), o Movimento 5 Estrelas foi “inteiramente fundado na coleta de dados de eleitores sobre a satisfação de suas demandas, independentemente de qualquer base ideológica”. Seu idealizador foi Gianroberto Casaleggio, um especialista em marketing digital que enxergava aquilo tudo como um produto a ser consumido. Ele entendeu qual era a demanda dos eleitores – “compradores” – que os partidos políticos existentes não conseguiam satisfazer. Pensando nisso, contratou o comediante Beppe Grillo para estampar a face do partido que nasceu como *blog* (DA EMPOLI, 2019, p. 27).

O populismo é interessante para o político pois altera-se de acordo com as circunstâncias. Possui um caráter “camaleônico” para se adaptar às demandas do povo e sempre se preocupa em bradar o que ele quer ouvir. Alguns exemplos de populistas contemporâneos além do representado pelo Movimento 5 Estrelas são Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Órban, na Hungria e Jair Bolsonaro, no Brasil (BOCCHINO, SAMPAIO; 2022; p. 193).

Casaleggio observou que as emoções negativas e as notícias falsas tinham muito mais engajamento que as notícias comumente divulgadas pelos jornais. Inflamar emoções fortes era a chave para atrair a atenção das pessoas e conquistar não só seu engajamento, mas um sentimento fiel de comunidade. A mensagem por trás dos discursos de ódio tampouco importava. Na verdade, era essencial que não houvesse um verdadeiro conteúdo por trás dos xingamentos genéricos à “elite política”, pois assim era possível reunir mais seguidores, tanto da direita quanto da esquerda. Em outras palavras, o povo (DA EMPOLI, 2018, p. 13).

Cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos dilui as antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político tendo como base uma simples oposição entre “o povo” e “as elites”. No caso do Brexit, assim como nos casos de Trump e da Itália, o sucesso dos nacional-populistas se mede pela capacidade de fazer explodir a cisão esquerda/direita para captar os votos de todos os revoltados e furiosos, e não apenas dos fascistas (DA EMPOLI, 2018, p. 13).

Os discursos inflamados funcionam, pois despertam as insatisfações coletivas que, no fundo, todos possuem. Mas isso não justifica o exorbitante crescimento das *fake news* como uma arma política que realmente funciona. A maior parte dessas notícias falsas são absurdas, baseadas em pura teoria da conspiração – com uma pesquisa rápida na internet, poderiam ser descartadas. A questão é que, quando uma pessoa *quer* acreditar que está sendo

enganada, ela confiará em tudo, menos nas fontes verídicas da informação. Ir contra a manada exige uma certa fidelidade, e as pessoas se apegam quando encontram mentes parecidas.

Assim, o líder de um movimento que agregue as *fake news* à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Não é um burocrata pragmático e fatalista como os outros, mas um homem de ação, que constrói sua própria realidade para responder aos anseios de seus discípulos. [...] Na prática, para os adeptos dos populistas, a verdade dos fatos, tomados um a um, não conta. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações (DA EMPOLI, 2018, p. 15).

Dessa forma, as *fake news* se agregam com perfeição ao populismo, pois seus absurdos infundados são efervescentes, ácidos e trabalham completamente a favor do líder que os dissemina.

E foi dessa forma que o Movimento 5 Estrelas cresceu tão rapidamente. No segundo capítulo, Giuliano da Empoli (2016) explica o nascimento do que posteriormente seria um dos partidos mais poderosos da Itália.

As pessoas a quem Gianroberto Casaleggio escolheu para integrar a classe dirigente do M5S não possuíam experiência ou qualquer conhecimento político, mas isso foi essencial para o funcionamento do partido. É dessa forma que o “formigueiro” de Casaleggio funcionará em sua mais eficiente forma:

Para ele, o fato de a classe dirigente do Movimento 5 Estrelas ser composta de personagens improváveis, sem experiência ou competência, representa uma vantagem dupla. Primeiro, são avatares facilmente controlados e, se necessário, substituídos. Além disso, sua ignorância, sua gramática aproximativa e suas gafes frequentes, delícia dos jornalistas e adversários políticos, os humanizam e fazem com que os avatares de Casaleggio sejam percebidos como próximos do povo e distantes da casta. (DA EMPOLI, 2018, p. 33).

Paralelamente, a *Casaleggio Associati* continua a produzir informações caóticas e as distribuir em seus próprios canais a fim de alimentar insistentemente a revolta contra os políticos no poder. Seguem uma estrutura padrão, primeiro com uma palavra exclamativa para antecipar a emoção, como por exemplo “Vergonhoso!”, para logo em seguida disseminar a *fake news*. No final de tudo, a chamada para ação: “compartilhe, comente!” (DA EMPOLI, 2018, p. 33).

No Brasil, o mesmo método foi utilizado, muitas das *fake news* em formato de *post* seguiam a fórmula. Esse tipo de *fake news* funciona para capturar a atenção, propagar informações fraudulentas e influenciar as pessoas a agirem conforme o indicado. Um exemplo foi o suposto teste realizado pelo TRE-SP que acusou as urnas de adulterarem os votos digitados⁵. O formato de aviso faz parecer algo verídico num primeiro momento e, antes de sequer pensar em verificar a fonte, as pessoas já compartilham para avisar os demais.

Giuliano da Empoli compara todo esse controle de massas como algo “orwelliano”, pois o M5S estava manipulando, por meio da informação, seus adeptos a ponto não só de conduzir diversos fantoches para o parlamento, mas também de seduzir eleitores a apoiar o partido por meio de uma paixão convicta e alienada.

3.2 Donald Trump

Steven Levitsky (2018) apontou alguns sinais para reconhecer o autoritarismo em um político que ainda não possui um histórico antidemocrático. A análise partiu do estudo de Juan Liz, em *The Breakdown of Democratic Regimes*, de 1978, e depois foi aprofundada por Levitsky, que identificou quatro importantes características comuns a todo autoritário:

- 1) Rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo;
- 2) Negam a legitimidade dos oponentes;
- 3) Toleram e encorajam a violência;
- 4) Dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

⁵ FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. In: G1.globo.com. São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/e-fake-que-o-tre-sp-identificou-urnas-que-adulteraram-os-votos-digitados.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Encontrar apenas uma dessas características em alguém já é preocupante, então encontrar as quatro é um grande sinal de alerta (LEVITSKY, 2018, p. 35).

É notório que o Movimento 5 Estrelas consegue se encaixar facilmente em todas, mas outra figura – de extremo poder global, diga-se de passagem – também conseguiu apresentar com bastante nitidez todos os sinais supracitados. E esse é o tema central do livro de Levitsky (2018): a história da ascensão do ex-presidente Donald Trump, o maior ícone político da extrema direita global.

Muito simplesmente, Donald Trump não era um candidato comum. Não só era inexperiente de maneira singular – nenhum presidente dos Estados Unidos que não fosse um general bem-sucedido jamais fora eleito sem ter exercido um cargo eletivo ou de gabinete –, mas sua demagogia, suas visões extremistas sobre imigrantes e muçulmanos, sua disposição de violar normas básicas de civilidade e sua exaltação de Vladimir Putin e outros ditadores geraram constrangimento em grande parte da mídia e do *establishment* político (LEVITSKY, 2018, p. 74).

Nas eleições de 2016, o uso constante de *fake news* também foi uma marca decisiva na corrida eleitoral. O documentário “Privacidade Hackeada”, da *Netflix*, mostra como os dados dos usuários estadunidenses do *Facebook* foram utilizados pela empresa *Cambridge Analytica* para mapear o perfil dos eleitores indecisos e dos maleáveis – em outras palavras, que votariam no candidato apoiado pela empresa. Selecionado o alvo, começou-se a produção da propaganda microdirecionada que não só reforçava a imagem do candidato contratante, mas também espalhava desinformação, a fim de manchar o nome dos adversários. Foram também utilizados *bots* (perfis falsos) para comentar e apoiar as postagens (PRIVACIDADE..., 2019).

O próprio Trump é uma máquina de inverdades, bradando informações fraudulentas ao vento sem sentir nenhuma vergonha por isso. Levitsky (2018, p. 219) expõe:

Talvez a mais notória violação de normas de Trump tenha sido mentir. A ideia de que presidentes devem dizer a verdade em público é consensual na política norte-americana. [...] Dada esta norma, os políticos costumam evitar mentiras mudando de assunto, reformulando as perguntas difíceis ou respondendo-as apenas em parte. As invenções rotineiras e descaradas de Trump não têm precedentes. Essa tendência de sua personalidade já era manifesta na campanha de 2016. O *site* de checagem PolitiFact classificou 69% de suas declarações públicas como “principalmente falsas” (21%); “falsas” (33%); ou “mentira deslavada” (15%). Apenas 17% foram classificadas como “verdade” ou “principalmente verdade”.

Levitsky comenta que a eleição de um empresário com tamanha postura antidemocrática foi um choque. Na verdade, Donald Trump conseguiu preencher todos os quatro itens do “teste para autocratas” antes mesmo de sua posse. Já no começo, seu comportamento em relação à eleição de 2016 foi um sinal de que ele não estava comprometido com as regras do jogo democrático. Ao questionar a legitimidade do processo eleitoral e insinuar que poderia não aceitar os resultados, ele demonstrou um fraco comprometimento com a democracia e com as regras que a sustentam. A incidência de fraude eleitoral nos Estados Unidos é bastante baixa. Além disso, as eleições são processadas por autoridades estaduais e locais, o que dificulta significativamente a coordenação de fraudes em escala nacional. No entanto, durante toda a campanha de 2016, Trump afirmou reiteradamente que milhões de imigrantes ilegais e pessoas falecidas registradas nos cadastros eleitorais seriam usadas para votar em Clinton, sua adversária (LEVITSKY, 2018, p. 75).

No último debate presidencial, Trump se recusou a dizer se aceitaria ou não o resultado da eleição se fosse derrotado. Segundo o historiador Douglas Brinkley, nenhum candidato presidencial de peso havia lançado esse tipo de dúvida sobre o sistema democrático desde 1860. (LEVITSKY, 2018, p. 75-76).

O segundo sinal de um político autoritário é a negação da legitimidade dos oponentes. Em geral, políticos autoritários retratam seus adversários como criminosos, subversivos, desleais à pátria ou como uma ameaça à segurança nacional. Levitsky (2018, p. 76) conta que Trump fez isso não só com Hilary Clinton, na campanha de 2016 ao taxá-la de criminosa e condená-la à cadeia, mas também com Barak Obama:

Durante a campanha de 2016, Trump negou a legitimidade de Hilary Clinton como rival, estigmatizando-a como “criminosa” e declarando repetidas vezes que ela “tinha que ir para a cadeia”. Em comícios de campanha, ele aplaudia apoiadores que cantavam “Cadeia nela!” (LEVITSKY, 2018, p. 75-76).

A terceira característica autoritária em um político – e que mais uma vez Trump se encaixa – é a tolerância ou encorajamento à violência. Assim como foi abordado por Da Empoli (2016), o fator da violência é trazido aqui como um importante e perigoso elemento capaz de oscilar as bases de um sistema democrático.

Levitsky (2018, p. 76) traz exemplos como “os camisas negras na Itália, os camisas marrons na Alemanha e o surgimento de guerrilhas de esquerda no Uruguai”.

No último século, nenhum candidato presidencial democrata ou republicano jamais endossou a violência (George Wallace fez isso, mas era candidato de um terceiro partido). Trump rompeu com esse modelo. Durante a campanha, ele não apenas tolerava manifestações de violência entre seus apoiadores, mas por vezes parecia regalar-se com elas. Numa ruptura radical com as normas de civilidade, Trump abraçou apoiadores que agrediram fisicamente pessoas que protestavam contra eles. Ele se ofereceu para pagar os custos de defesa de um eleitor que atacou pelas costas com um soco e ameaçou de morte um manifestante num comício em Fayetteville, Carolina do Norte. Em outras ocasiões, ele respondeu a manifestantes que protestavam em seus comícios incitando a violência de seus apoiadores (LEVITSKY, 2018, p. 76 e 77).

O quarto e último sinal é a tendência a “restringir liberdades civis de rivais e críticos”. Uma característica que diferencia os líderes autocratas dos líderes democráticos é sua falta de tolerância a opiniões contrárias e sua disposição em utilizar seu poder para punir aqueles que os criticam, seja na oposição, na mídia ou na sociedade civil. Durante a campanha eleitoral de 2016, Trump afirmou que iria providenciar a nomeação de um promotor especial para investigar Hillary Clinton após a eleição, e chegou a declarar que ela deveria ser presa. Além disso, ele repetidamente ameaçou punir a mídia que o criticava (LEVITSKY, 2018, p. 78).

Num comício em Fort Worth, Texas, por exemplo, ele atacou o proprietário do Washington Post, Jeff Bezos, declarando: “Se eu for presidente, ah, eles vão mesmo ter problemas. Eles vão ter problemas graves.” Dizendo que a mídia está “entre os grupos mais desonestos de pessoas que eu jamais conheci”, Trump declarou: “Vou ampliar o escopo de nossas leis de calúnia e difamação para que, quando eles escreverem artigos proposadamente negativos, chorríveis e falsos, nós possamos processá-los e ganhar muito dinheiro... Para que quando o *New York Times* escrever matérias tendenciosas tentando mudar a opinião das pessoas, o que é uma desgraça total, ou quando o *Washington Post*... escrever uma dessas matérias, nós possamos processá-los.” (LEVITSKY, 2018, p. 78-79).

É importante frisar a estratégia de Donald Trump em alegar reiteradamente fatos sem nenhuma comprovação verídica, erguer teorias da conspiração e disseminar mentiras escandalosas não apenas para chocar – e, conseqüentemente, enganar –, mas também para confundir a população e criar um sentimento de revolta na massa. Uma ideia de que algo está errado e que só ele, como líder, pode resolver.

A destruição do regime democrático muitas vezes não é visível, mas acontece lentamente e sem a população perceber. Por esse motivo os sinais devem ser captados logo no início, antes que se tornem irreversíveis. Levitsky (2018, p. 91) explica o processo:

Como autoritários eleitos destroem as instituições democráticas cujo dever é restringi-los? Alguns o fazem com uma só cajadada. Com maior frequência, porém, a investida contra a democracia começa lentamente. Para muitos cidadãos, ela pode, de início, ser imperceptível. Afinal, eleições continuam a ser realizadas. Políticos de oposição ainda têm seus assentos no Congresso. Jornais independentes ainda circulam. A erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos.

Em um mundo onde as redes sociais aparentemente têm mais poder de convencimento que os meios jornalísticos tradicionais, as *fake news* impulsionaram campanhas e elegeram um empresário rico e sem nenhuma experiência política prévia ao cargo mais importante na política global. Enquanto isso, no hemisfério sul, um ex-militar intolerante que defende a Ditadura Militar de 1964 como “revolução”, subiu ao cargo como o “mito” que defenderia o Brasil de uma suposta ditadura da esquerda.

3.3 O Ministério da Verdade e as fábricas de *fake news*

O Ministério da Verdade é uma entidade do livro “1984”, de George Orwell, encarregada de reescrever notícias e registros para manipular o passado. Essa manipulação envolve a modificação de informações como a identidade dos indivíduos, registros históricos, informações sobre aliados e rivais, dados do crescimento econômico, entre outras coisas, a fim de atender aos interesses do Partido e do Grande Irmão.

Em outras palavras, a maior fonte de *fake news* institucionalizada por um governo fictício. O Ministério da Verdade é uma imensa ferramenta estatal que aliena e promove o Estado, mantendo a população sob controle. De acordo com Orwell, absolutamente tudo pode ser alterado por meio deste Ministério.

Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desse modo, era possível comprovar com evidências documentais que todas as previsões feitas pelo partido haviam sido acertadas; sendo que, simultaneamente, todo vestígio de notícia ou manifestação de opinião conflitante com as necessidades do momento eram eliminados. A história não passava de um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Uma vez executado o serviço, era absolutamente impossível provar a ocorrência de qualquer tipo de falsificação (ORWELL, 2021-A, p. 54).

As eleições brasileiras de 2018 foram marcadas por uma presença massiva de *fake news*. Foi tão extravagante, que o Tribunal Superior Eleitoral cogitou a extrema medida de anular as eleições desse ano⁶. Não é difícil imaginar um escritório cheio de computadores e pessoas responsáveis por editar imagens e divulgar falsas informações tal qual o cenário distópico de “1984”.

Cesar Calejon (2021, p. 202) relata que o jornal *Folha de São Paulo* fez uma matéria revelando a dinâmica das eleições brasileiras de 2018 e o esquema de divulgação em massa de *fake news* pelo *WhatsApp*.

Além da lista com os dez mil nomes e dados de idosos utilizados para o cadastro de CPF, os jornalistas da *Folha de São Paulo* afirmam que Nascimento compartilhou fotos de caixas com chips e salas cheias de computadores ligados a diversos celulares e “chipeiras”, equipamento que usa chips de celulares para imitar o *WhatsApp* e fazer disparos. “Uma vez ativados com os dados usurpados, os chips eram usados em plataformas de disparos em massa no *WhatsApp*”, destaca a matéria, acrescentando a informação do ex-funcionário de que “cerca de 99% do trabalho que faziam eram para campanhas políticas e 1% para a marca de cosméticos Jequití”. Segundo Nascimento, ele e vários de seus colegas chegaram a trabalhar dezesseis horas seguidas para dar conta dos disparos encomendados pelas campanhas (CALEJON, 2021, p. 206).

Muitas dessas *fake news* beiravam o absurdo, mas mesmo assim tiveram uma alta repercussão no Brasil, o que é no mínimo preocupante para a veracidade política. Imagens eram alteradas no Ministério da Verdade, assim como eram no regime totalitário de Stalin⁷. E, da mesma forma, foram nas eleições brasileiras de 2018.

Como exemplo, a foto de Trump erguendo uma camiseta pró-Bolsonaro não passou de uma edição fotográfica; na imagem original, Trump posa com uma camisa da seleção americana de futebol em que seu nome estava escrito⁸. Em casos mais graves, as *fake news* chegaram a acusar candidatos opositores de estupro de vulnerável⁹.

No livro “1984”, além da constante necessidade de manipular informações, o Ministério da Verdade ainda precisava cuidar do conjunto de previsões do onisciente Grande Irmão. Em certo momento, é mostrado que o incontestável líder havia dado um palpite errôneo sobre o percurso da guerra. Ele havia previsto que o fronte do sul da Índia permaneceria calmo e que o norte da África seria atacado. A realidade, no entanto, se mostrou o oposto. Desse modo, foi necessário que o Ministério da Verdade ajustasse a informação para que a profecia do líder estivesse correta.

Percebe-se claramente que um dos objetivos da propaganda é alimentar o fanatismo e endeusamento do Grande Irmão, além de fazer parecer que todo o Estado está crescendo em fatura, quando, na verdade, está parado, afundando. Isso é importante para que a mentira escancarada continue a alienar a população e alimentar seu fanatismo.

Hannah Arendt (2012, p. 277) explica que os regimes totalitários e seus líderes sempre se baseiam no apoio das massas para se manter no poder, mesmo diante da impermanência. Por isso é importante que o líder cultive a

⁶ LELLIS, Leonardo. Luiz Fux: *Eleições podem até ser anuladas por causa de 'fake news'*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/luiz-fux-eleicoes-podem-ser-anuladas-por-causa-de-fake-news/>. Acesso em: 16 maio 2023.

⁷ MACDONALD, Fiona. *A manipulação de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das 'fake news'*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-42810209>. Acesso em: 16 maio 2023.

⁸ FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. G1.globo.com. São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/28/e-fake-foto-de-trump-com-camiseta-pro-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

⁹ FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. G1.globo.com. São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/28/e-fake-que-haddad-e-acusado-de-estuprar-menina-de-11-anos.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

admiração, respeito e temor da população. A ascensão de líderes como Hitler e Stalin foi legal dentro do sistema majoritário, e sua liderança foi sustentada pelo povo. Eles não conseguiriam manter o controle sobre uma população tão numerosa e sobreviver a tantas crises se não tivessem contado com a confiança das massas.

E é por esse motivo que a propaganda governamental é extremamente importante para a organização desse tipo de Estado. O governo totalitário precisa, a todo momento, fazer a população enxergar apenas o que interessa ao Estado. É como se uma nova realidade fosse criada por meio da propaganda, para que o povo enxergue fartura onde há pobreza, paz onde só existe guerra, inimigos onde há aliados. Desse modo, a população se mantém enfurecida, submissa, fanática e propensa a agir e reagir de acordo com as regras de um mundo fictício (ARENDETT, 2012, p. 319).

As *fake news* carregam um papel similar, poderosas o suficiente para romper as estruturas de uma democracia e deixar tudo deslizar até o vale do totalitarismo. Elas também servem para a manutenção desse tipo de regime. Com o Ministério da Verdade, Orwell demonstrou a função da manipulação de informação para se manter o controle. O duplificação trabalha estreitamente nesta ótica, pois as pessoas fanáticas estão conscientes da verdade, mas, ao mesmo tempo, acreditam no oposto, por mais contraditório que seja.

Bolsonaro defendeu um discurso convicto de que as urnas eletrônicas do país não eram confiáveis e, por isso, as eleições eram uma farsa. Ele acredita que, em 2018, teria vencido Haddad no primeiro turno, caso não houvesse a suposta fraude. Afirma também que tem provas sobre o que diz, mas nunca chegou a exibí-las ao público. Durante toda sua campanha e mandato, questionar a legitimidade das eleições foi seu grande mote¹⁰.

O coordenador de campanhas da Avaaz, Diego Casaes, afirma:

As fake news devem ter tido uma influência muito grande no resultado das eleições, porque as histórias tiveram alcance absurdo. A informação das fraudes em urnas eletrônicas com o intuito de contabilizar votos para Fernando Haddad, do PT, alcançou 16 milhões de pessoas nas redes sociais 48 horas após o primeiro turno e a notícia continuou viva no segundo turno (PASQUINI, 2018).

Como se pôde notar, o elemento primordial compartilhado entre o governo Bolsonaro e o Ministério da Verdade são as *fake news*. Por meio do Movimento 5 Estrelas e do governo Trump, percebe-se que isso não foi uma tendência local, mas global da contemporaneidade usada, principalmente, para obter a vitória nas eleições.

O livro “1984” foi escrito com base no regime totalitário de Stalin da URSS e no de Hitler na Alemanha – ditaduras de esquerda e direita, respectivamente. No momento que é possível traçar paralelos entre a distopia e os governos democráticos atuais, fica nítido que há alguma coisa de muito errada acontecendo.

No próximo capítulo, será destrinchada em mais detalhes a história do ex-presidente Jair Bolsonaro do início até o fim de seu mandato para então ser compreendido como as *fake news* brasileiras conseguiram ganhar força suficiente para sair do plano teórico de ameaça à democracia ao plano prático – a vandalização de um dos maiores símbolos do Estado Democrático Brasileiro sob apelos de intervenção militar.

4 O uso das *fake news* no governo Bolsonaro

Neste capítulo, será abordada a história do governo Bolsonaro: os motivos que levaram à sua eleição e como conseguiu números tão exorbitantes de aprovação enquanto descumpria todas as regras tradicionais que os políticos geralmente usam para se eleger – como, por exemplo, negar dar entrevistas para a maior emissora do país e não comparecer a debates presidenciais.

Além disso, será destrinchado de forma mais detalhada os pontos em comum entre o governo Bolsonaro e o livro “1984” de George Orwell. As estruturas e estratégias serão comparadas e, a partir daí, uma análise será formada.

O principal teórico utilizado neste capítulo é Cesar Calejon (2021), mas muitos dos outros autores serão retomados para auxiliar na análise geral do governo bolsonarista. Matérias jornalísticas foram citadas para relatar

¹⁰ BOLSONARO diz que provará que houve fraude na eleição de 2018. CNN, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>. Acesso em: 14 maio 2023.

alguns dos importantes acontecimentos ocorridos durante o período da pré-candidatura, governo e pós-governo Bolsonaro.

No final, será destrinchado como ocorreu o ato antidemocrático do dia 8 de janeiro de 2023, bem como os motivos que o fundamentaram e as consequências disso para a democracia brasileira.

A questão principal deste artigo será finalmente respondida. Busca-se saber como as fábricas de *fake news* concorreram para os atos antidemocráticos contra o Congresso Nacional brasileiro no dia 08/01/2023, e será feita uma pequena correlação entre a lógica por trás dos atos terroristas e a função das intermináveis guerras promovidas pelo Ministério da Verdade em “1984”.

4.1 A ascensão do governo Bolsonaro

No primeiro turno das eleições de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro (antes filiado ao PSL – Partido Social Liberal), recebeu 49.276.990 de votos válidos, representando 46,03% do eleitorado brasileiro. Por pouco não assumiu o cargo de presidente sem precisar do segundo turno. O expressivo número de votos foi um marco significativo, e Bolsonaro conseguiu ganhar as eleições com uma porcentagem de 55,13% sem precisar comparecer a nenhum debate no segundo turno (CALEJON, 2021, p. 12).

Os motivos que corroboraram para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro não se originaram nas eleições de 2018. Na verdade, vários fatores foram se desenrolando durante a história para culminar em seu governo. Cesar Calejon elencou cinco dessas principais causas:

- 1) O antipetismo, que foi estimulado com voracidade impar por alguns dos principais grupos empresariais e de comunicação do País nos anos anteriores;
- 2) O elitismo histórico-cultural, reforçado principalmente por boa parte da classe média brasileira e algumas camadas mais pobres e ascendentes da população;
- 3) O dogma religioso, neste caso, mais especificamente por meio da notória adesão dos evangélicos à candidatura de Bolsonaro;
- 4) O sentimento de antissistema, em virtude de uma imensa descrença no modelo de democracia representativa (31 milhões de abstenções e onze milhões de brancos ou nulos) e
- 5) O uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação, tais como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, para a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio ou medo (CALEJON, 2021, p. 12).

Cesar Calejon aborda detalhadamente cada um dos tópicos, destrinchando-os para oferecer uma análise do fenômeno, mas para este artigo será aprofundado apenas os itens dois, quatro e cinco – considerados os mais interessantes para a pesquisa. A iniciar pelo elitismo histórico-cultural.

A influência sobre a classe média brasileira por parte das elites é um instrumento fundamental para operacionalizar toda a infraestrutura jurídica e de comunicação social da nação. Compreende-se por classe média brasileira os 15 milhões de pessoas com rendas entre R\$ 7.425 e R\$ 36.762 mensais. Esse grupo serve de exemplo para os outros milhões de brasileiros que almejam sair da miséria e entrar na “classe média”, o que os fazem absorver os ideais e valores que observam virem de cima da “hierarquia” (CALEJON, 2021, p. 86).

Cesar Calejon explica como os interesses dos Estados Unidos entram nessa questão. A Operação Lava Jato foi um exemplo de como as instituições americanas conseguem influenciar a política brasileira de forma a seguir seus interesses:

As conversas dos promotores e do ex-juiz Sergio Moro detalham a sordidez e a falta de escrúpulo jurídico da Lava Jato e demonstram minuciosamente, como as instituições dos Estados Unidos se envolveram diretamente no sentido de cooptar, treinar, instruir e oferecer dados secretos (que foram obtidos por meio dos gigantes da tecnologia) a agentes do estado brasileiro para que estes cometessem atos de sedição, influenciando os rumos das searas econômica e geopolítica do Brasil em detrimento da própria pátria e a favor dos interesses estadunidenses (CALEJON, 2021, p. 81).

O sociólogo Jessé Souza complementa em entrevista:

Os Estados Unidos desenvolveram uma espécie de imperialismo informal, com o qual não é necessário invadir determinado país e ocupá-lo com forças militares, que foi (o método) clássico do colonialismo do século XIX, apesar de que Portugal,

França e Espanha já cooptavam as elites dos locais que pretendiam dominar. Esse fator é extremamente importante para que essa classe atue contra o seu próprio povo. [...] Para a visão imperialista estadunidense, o sul global não pode se desenvolver. Isso está entendido (SOUZA *apud* CALEJON, 2021, p. 87).

Isso significa que o caminho traçado pela política brasileira não foi acidental, muito menos pensado para o bem do país. Mais do que as elites nacionais, as elites estrangeiras se mostraram capazes de influenciar toda uma nação a seguir um rumo calculado de ativismo judicial.

O governo Bolsonaro, mais tarde, vai abraçar a esse ideal americano, confluindo com muita lealdade ao propósito estadunidense (CALEJON, 2021, p. 87). Isso é muito evidenciado pelo elitismo histórico-cultural presente em suas falas.

Elitismo histórico-cultural é a força social historicamente constituída, presente na organização das sociedades humanas desde a Revolução Neolítica e que atua de forma e estruturar os arranjos sociais com base em um parâmetro elitista que se manifesta de múltiplas maneiras de acordo com a época e a cultura em questão (CALEJON, 2021, p. 167).

Essa ideia de hierarquia construída à base de narrativas elitistas e excludentes é o que faz uma nação acreditar que é inferior a outra. Seria o que os intelectuais chamam de “racismo estrutural”, “misoginia”, “viralatismo”. Em outras palavras, são narrativas sociais, culturais e históricas que buscam fazer a manutenção dos privilégios políticos e econômicos de uma determinada nação sobre as demais.

Nos últimos quinhentos anos, essas “tramas simbólicas de valores e ideias” foram orquestradas para determinar que (primeiro os nativos do norte, depois) os povos do Hemisfério Sul eram desprovidos de racionalidade e inferiores moral e eticamente, o que significa que, para o seu próprio desenvolvimento, eles deviam ser colonizados pelos europeus (CALEJON, 2021, p. 168).

Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão reforçaram essa narrativa das mais diversas formas publicamente. Bolsonaro chegou a dizer que o brasileiro “tem que ser estudado” e que estaria “acostumado com o esgoto”¹¹. Mourão que “a malandragem é oriunda do africano”¹², dentre outras afirmações.

Em relação ao sentimento de antissistema – quarto item listado –, Guilherme Casarões, em entrevista a Calejon, diz:

Existe um quadro de negação absoluta da política tradicional que foi incentivado pela (Operação) Lava Jato e pelo escândalo de corrupção que o Brasil viveu a partir de 2014. Este componente tem como característica uma rejeição muito forte a qualquer alternativa que parecesse já conhecida (para a sociedade). Qualquer coisa que parecesse familiar (CASARÕES *apud* CALEJON, 2021, p. 184).

Por esse motivo, houve tantos votos em candidatos que traziam a sensação de “sair do sistema”. Alguns exemplos são Wilson Witzel (PSL), João Doria (PSDB), Romeu Zema (NOVO). O grande número de abstenções – que geralmente demonstram o descontentamento com a política – é outro fator que escancara uma luta contra o sistema: 31 milhões de eleitores votaram branco ou nulo nas eleições brasileiras de 2018. Para se ter uma noção, a diferença entre Fernando Haddad e Bolsonaro no segundo turno foi de 10,7 milhões de votos (CALEJON, 2021, p. 185).

A ideia de “antissistema” também serviu como forma de criticar o sistema de ensino brasileiro, que, como dizem, estaria atuando como uma ferramenta para manter uma “hegemonia marxista cultural” que, claro, deve ser extinta o quanto antes. Até Paulo Freire foi criticado – ao mesmo tempo em que Olavo de Carvalho era erguido como ícone da sabedoria por essas mesmas pessoas (CALEJON, 2021, p. 190).

O antipetismo, o elitismo histórico, o dogma religioso e esta fixação por um “antissistema” para combater uma “ameaça globalista” se encaixaram de forma tão adequada porque servem os mesmos objetivos e possuem três aspectos comuns: o conservadorismo e a ignorância, pois todas estas linhas de raciocínios trazem estes elementos fundamentais. São conceitos

¹¹ BOLSONARO: brasileiro tem que ser estudado: pula no esgoto e nada acontece. UOL. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-tem-que-ser-estudado-cai-no-esgoto-e-nada-acontece.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

¹² MOURÃO diz que país herdou “indolência” do índio e “malandragem” do negro. UOL, 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/mourao-diz-que-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/#:~:text=Temos%20uma%20certa%20heran%C3%A7a%20da,malandragem%20%C3%A9%20oriunda%20do%20africano>. Acesso em: 10 jun. 2023.

organizados ao redor de informações intencionalmente falsas ou equivocadas e do desejo de fazer a manutenção do mundo como ele foi ou é, em vez de como ele poderia ser (CALEJON, 2021, p. 195).

O quinto e último fator para explicar a ascensão do governo Bolsonaro foram as novas ferramentas e estratégias de comunicação. Por meio delas que absurdos como “Kit gay” para crianças, conspirações com a Venezuela para aplicar o “comunismo” no Brasil, fraudes nas urnas e muitas outras *fake news* foram utilizadas para manchar a reputação da oposição e abrir espaço para um só candidato (CALEJON, 2021, p. 196).

Segundo Guilherme Casarões, a eleição de Bolsonaro não teria ocorrido se não fosse a forte estrutura de comunicação completamente nova e disruptiva. Eles vêm construindo essa estrutura desde 2015. Bolsonaro possui uma página no *Facebook* com uma larga audiência e muito bem engajada. Ele foi o primeiro político brasileiro a se comunicar com a população por meio de transmissões ao vivo (*lives*) (CASARÕES apud CALEJON, 2021, p. 207).

Em maio de 2019, a página oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook* contava com 9.439.972 curtidas. No *Twitter*, eram mais de 4,1 milhões de seguidores, e no *Instagram*, outros 11,5 milhões. Fernando Haddad, segundo colocado na corrida presidencial de 2018, tinha 1,5 milhão de seguidores no *Instagram*, 1,4 milhão do *Twitter* e 1.842.405 curtidas no *Facebook* nesta mesma data (CALEJON, 2021, p. 207).

Casarões destaca que o lugar em que o Bolsonaro fez realmente estrago foi no *WhatsApp*. Eles entenderam de antemão que a chave da comunicação política estava lá, na formação de grupos que, diferente do *Facebook*, não seriam limitados pelo algoritmo – cujo objetivo é filtrar os tipos de conteúdo com base no interesse da pessoa, construindo bolhas sociais – e, dessa forma, as postagens se disseminariam com muito mais eficiência, rompendo as bolhas sociais tradicionais. O *WhatsApp* não possui filtros, não faz a verificação da veracidade de informação e é uma plataforma que se comunica majoritariamente por memes, áudios e vídeos, o que infelizmente dialoga com uma sociedade de analfabetos funcionais (CASARÕES apud CALEJON, 2021, p. 207).

Mas isso não foi exclusivo do governo Bolsonaro, e o Brasil não foi o primeiro a utilizar o esquema. No documentário “Privacidade Hackeada” (2019), os funcionários da *Cambridge Analytica* admitiram que eram responsáveis por toda a pesquisa, todos os dados, toda análise e visão da campanha digital e televisiva do Trump. Relataram que o *slogan* era “Defeat Crooked Hillary”, que em tradução livre significa “Derrote a Hillary Desonesta”, cujos dois “os” formavam uma algema. Tudo girava ao redor disto: das frases de efeito – que Trump tanto repetiu – de que ela deveria estar na prisão. Eles faziam diversas variações desses *posts* e publicavam, observando o quão rápido tudo se espalhava. O foco – diferente do que ocorreria anos depois com Bolsonaro e o *WhatsApp* – era no *Facebook* (PRIVACIDADE..., 2019).

Quando avaliamos o modo eficaz como a *Cambridge Analytica* usou as redes sociais para bombar a candidatura do Trump (2016), se você conhece um pouco sobre o mecanismo (dos algoritmos) que favorece os conteúdos que são mais compartilhados, que são mais comentados, porque as pessoas se sentem impelidas a reagir a este tipo de postagem, como já foi mencionado, e une esta filosofia com uma análise sólida de *big data*, o resultado é assustador (INAGAKI apud CALEJON, 2021, p. 212).

Essas empresas, utilizadas tanto por Trump como por Bolsonaro, trabalham de forma a manipular os cidadãos, sem que percebam, para influenciar suas decisões na vida real. Elas disseminam informações fraudulentas propositalmente e, bem como o Ministério da Verdade, conseguem distorcer os fatos até que se tornem verdade no inconsciente das pessoas.

4.2 O governo do duplimentamento

A comparação entre o governo Bolsonaro e “1984” é uma boa forma de compreender o perigo por trás dos mecanismos das *fake news* que há anos vem sendo planejados por esse grupo. Olhar o direito, a democracia e o Estado por outras perspectivas além da jurídica é uma forma de aprimorar a compreensão sobre o sistema e a história.

As semelhanças com o regime autoritário de “1984” não são coincidências, muito pelo contrário, são um sinal de alerta de que a democracia passou por um momento de muito risco. A literatura de Orwell carrega essa carga crítica social, e ele demonstra a importância da educação a todo momento em seu texto.

Como foi abordado no segundo capítulo, a Novafala é a língua da Oceania, cujo intuito é abreviar e destruir palavras para que o idioma fique cada vez mais simples, direto e pobre. Por transmitir apenas o “essencial”, a interpretação fica reduzida, a reflexão é barrada e a capacidade de se expressar, aniquilada.

Esse é o objetivo do Estado, pois, por meio do empobrecimento da língua, eles conseguem estreitar o âmbito do pensamento. Se as pessoas não sabem como expressar o que sentem, é muito pouco provável que saibam compreender quando algo não está certo. Quando não há uma palavra para definir o conceito de liberdade, é impossível para o indivíduo reconhecer se está preso ou não. Desse modo, a Novafala atinge seu objetivo de impedir o “pensamento-crime” – em outras palavras, a visão crítica sobre a sociedade.

No Brasil, Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do governo Bolsonaro, fez a seguinte afirmação:

Há poucos cursos de magistério no país, por exemplo, que é onde se aprende o procedimento técnico para o ensino. Paulo Freire chama isso de tecnicismo e diz que ele desvincula o educando de seu contexto. Ele faz uma defesa ideológica do fim da alfabetização, porque ele quer que a criança tome consciência de classe. Para ele você precisa ensinar a criança a linguagem porque ela é dominada pela classe dominante que impõe seu discurso. Mas a alfabetização não é isso. Alfabetização é uma técnica para ela decodificar e reconhecer palavras e é isso o que eu quero: que a criança leia para compreender textos (NADALIM apud FAVRETTO, 2018).

Percebe-se que a fala de Nadalim é recheada com a narrativa de ameaça comunista. Ele defende uma alfabetização positivista e “livre de política” – mesmo que esta já seja uma postura política –, pois acredita que as crianças devem se focar apenas em decodificar letras.

Nadalim é discípulo de Olavo de Carvalho e o tem como inspiração (FAVRETTO, 2018). O problema é que Olavo de Carvalho é um negacionista da ciência e defensor de teorias da conspiração, como a Terra Plana. Ou melhor, ele não sabe se ela é plana ou redonda, pois “no fundo ninguém sabe”. O que Olavo faz é construir uma linha de raciocínio de que cientistas estudam e, mesmo assim, divergem em suas teorias, por isso não se pode alegar que há verdadeiras comprovações científicas sobre as coisas, mas sim ideológicas. Ele discorda até mesmo das descobertas de Isaac Newton, passando uma ideia de que ninguém – nem mesmo o próprio Newton – acredita em nada. Se nada foi efetivamente comprovado, então tudo é possível. É uma ideologia de desinformação que almeja o caos (GOMES, 2020).

Olavo de Carvalho está a um passo de aplicar o conceito de duplipensamento na vida real – se já não o fez. Duplipensamento significa literalmente a capacidade de abrigar duas crenças contraditórias na cabeça e acreditar em ambas ao mesmo tempo. No entanto, enquanto em “1984” o processo ocorre tanto consciente quanto inconscientemente, Olavo mostra e ensina isso de forma consciente. No entanto, absorver esse modo de pensar – de que nada resulta em nada e que até a ciência é subjetiva – é o primeiro passo para uma visão de mundo desprovida de senso crítico, pois “tudo pode ser real”. E o processo de acreditar e desacreditar ao mesmo tempo começa a se tornar, também, inconsciente. O “terraplanismo” é o exemplo perfeito para definir o duplipensamento, que por si só é um prato cheio para teorias da conspiração.

Como Da Empoli (2016, p. 15) já dizia, os seguidores desse tipo de teoria geralmente se tornam céticos em relação às informações provenientes de fontes formais – como jornais, livros científicos, doutrinadores e cientistas consagrados –, e passam a ter confiança em um único líder. Para esses seguidores, a veracidade dos fatos individuais não tem relevância. O que realmente importa é a mensagem como um todo, que reflete seus sentimentos e sensações.

Já é sabido que Jair Messias Bolsonaro alarmou toda a população contra uma suposta ameaça comunista dos adversários. Em um vídeo feito pela G1, seus discursos foram comparados às justificativas nos autos de prisão em flagrante dos bolsonaristas presentes na violenta invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023. Falas como “uma nova ordem está vindo”, “proteger o Brasil do comunismo”, “ideologia de gênero” se repetem nos discursos de Bolsonaro, os quais são espelhados pelos seus seguidores para justificar o desejo por uma intervenção militar. Um deles afirma que “apenas queria se manifestar para que as Forças Armadas fizessem algo para salvar o

Brasil, e não deixasse que o Presidente acabasse com a família e com a religião”. O Presidente em questão seria Luiz Inácio Lula da Silva (PT)¹³.

Bolsonaro está sempre apontando como o outro lado é corrupto. Deslegitima-o, e descredibiliza o sistema democrático brasileiro sem se importar com a veracidade dos fatos que profere. Mesmo antes de sua eleição, o ex-presidente carregou um discurso convicto de que as urnas eletrônicas do país não eram confiáveis e, por isso, as eleições eram uma farsa. Bolsonaro acredita que, em 2018, teria vencido Haddad no primeiro turno, caso não houvesse uma suposta fraude. Afirma, também, que tem provas sobre o que diz, mas nunca chegou a exibi-las ao público. Durante toda sua campanha e mandato, questionar a legitimidade das eleições foi seu grande mote (BOLSONARO..., 2020)¹⁴.

Esse foi o principal argumento dos bolsonaristas que se sentiram legitimados a invadir o Congresso Nacional no oito de janeiro. Em suas percepções, como houve fraude na eleição entre Lula e Bolsonaro em 2022, então a posse não podia ser considerada legítima. Por causa de uma *fake news*, eles imploraram ao exército militar destituir o presidente eleito do poder a fim de que a “democracia fosse respeitada” (A ROTINA..., 2022).

O objetivo por trás do mecanismo de *fake news* bolsonarista é uma incógnita. No caso dos Estados Unidos, Trump não precisava de dinheiro. Talvez, então, só estivesse interessado no poder, exatamente como a personagem O’Brien narra:

Sabemos que ninguém toma o poder com o objetivo de abandoná-lo. Poder não é um meio, mas um fim. Não se estabelece uma ditadura para proteger uma revolução. Faz-se a revolução para instalar a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. Agora você está começando a me entender? (ORWELL, 2021-A, p. 308).

Pergunta-se se esse também poderia ser o objetivo de Bolsonaro. O poder pelo poder nunca é admitido pelos populistas cuja imagem se baseia no propósito de representar e defender a população. Como mostrado no segundo capítulo deste artigo, a personagem O’Brien critica os líderes nazistas alemães e comunistas soviéticos por fingirem que estão fazendo tudo aquilo para o povo, quando, na verdade, estão fazendo por eles mesmos. A finalidade admitida de todo o aparato de “1984” é a manutenção do *status quo* de forma a manter o poder nas mãos do mesmo grupo político.

E esse também foi o objetivo dos atos de 08/01/2023, que desconsideraram as regras democráticas a fim de trazer de volta Bolsonaro não por meio do voto, mas por uma invasão terrorista ao Congresso.

4.3 O ato de 8 de janeiro de 2023

Segundo a página de notícias da G1 (2023)¹⁵, os atos antidemocráticos ocorridos no dia 08/01/2023 foram premeditadamente articulados em aplicativos de conversa, como o *WhatsApp* e o *Telegram*, nos quais circulavam textos informativos, imagens e vídeos convocando os “patriotas” – como eles se chamam – para comparecerem ao Congresso Nacional em Brasília.

Por meio das mensagens, é possível ver que o movimento estava bem organizado. Um dos anúncios oferecia ônibus a R\$ 50,00 ida e volta de Campinas-SP até a Praça dos Três Poderes, com o título “Tomada de Brasília”; outros ofereciam rotas de caronas compartilhadas para diversos estados. As mensagens eram geralmente acompanhadas de clamores exclamativos, muitos emojis de bandeiras nacionais e frases de incentivo para uma suposta revolução com a “tomada do poder pelo próprio povo”.

¹³ COMPARE falas de Bolsonaro sobre ameaça comunista e depoimentos de terroristas. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/video/compare-falas-de-bolsonaro-sobre-ameaca-comunista-e-depoimentos-de-terroristas-11284846.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

¹⁴ BOLSONARO diz que provará que houve fraude na eleição de 2018. CNN, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>. Acesso em: 14 maio 2023.

¹⁵ MENSAGENS mostram como bolsonaristas articularam ato em Brasília que levou a invasão de STF, Congresso e Planalto. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/mensagens-bolsonaristas-terroristas-brasil.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

Importante frisar que, segundo a matéria jornalística¹⁶ da Exame (2023), uma das pautas do supracitado movimento é a intervenção militar como uma forma de “limpar” o Brasil da corrupção política, objetivo que por si só escancara o teor antidemocrático da manifestação.

O Brasil adota o regime de democracia indireta, quer dizer, o poder emana do povo (SOUSA, BRITO FILHO; 2020). Por esse motivo, os apelos de “tomada de poder pelo próprio povo” são, de certa forma, incoerentes, visto que, em tese, o poder já lhes pertence. Contudo, a maior incoerência dessa demanda é o pedido final concernente à volta da ditadura militar. Em suma, os manifestantes do dia 08/01/2023 objetivavam recuperar um poder que já lhes pertence, a fim de “libertar a população”, enquanto pediam ao exército militar que lhes tirasse esse poder.

E tudo isso para “defender” a Constituição e a democracia de uma ditadura esquerdista (A ROTINA..., 2022).

O portal de notícias da G1 (2023)¹⁷ relatou na matéria o passo a passo que acarretou nos atos antidemocráticos do dia 08/01/2023, acompanhando desde a chegada dos manifestantes, à ultrapassagem da barreira militar e, finalmente, à concretização dos atos violentos de vandalismo ao patrimônio nacional.

Segundo a G1¹⁸, os terroristas destruíram o plenário, arrancaram a porta do ministro Alexandre de Moraes, roubaram comida, retiraram poltronas e rasgaram documentos, além de quebrarem todos os vidros da fachada do prédio. No Planalto, gabinetes foram vandalizados junto a móveis e computadores. A galeria de fotos dos ex-presidentes foi destruída e até obras de arte valiosas que decoravam o ambiente foram depredadas.

Os motivos que levaram todas essas pessoas a viajarem até o Congresso para realizarem um ato tão violento contra o patrimônio público brasileiro já foi exposto. Eles acreditavam que as urnas tinham sido fraudadas, estavam com medo de o governo Lula instaurar – ou terminar de instaurar – o comunismo no Brasil, e queriam o fim da corrupção. Em nome da democracia, eles pediam pela intervenção dos militares (A ROTINA..., 2022).

É importante lembrar que as pautas de Intervenção Militar que fundamentaram esse ato não se originaram recentemente, mas resultado de muito tempo, que começou com a insatisfação política com a esquerda unificada com a suposta ameaça comunista global (CRUZ, 2018).

O historiador Matheus Mendanha Cruz (2018) explica:

O processo que torna os militares uma opção dentro do contexto atual é interessante. Há cerca de cinco anos era praticamente impossível ver alguém defendendo o regime que o Exército liderou; os que assim o faziam não tinham tanto espaço, muito menos na mídia. Entretanto, com o crescente problema de corrupção que se avolumou no Brasil, a ligação cada dia mais forte entre o PT e o comunismo e a sensação geral de insegurança, discursos que estavam silenciados, circulando escondidos em relações próximas apenas, ganham força e ressurgem como opção redentora da moral e da organização do país.

Desde 2018 essa demanda só tem crescido no Brasil. Essa mesma lógica ocorre no livro “1984”. A propaganda governamental de medo e ódio contra os opositores transforma os cidadãos em carneiros violentos, e isso é bem evidenciado nesse trecho do livro:

No sexto dia da Semana do ódio, depois das passeatas, discursos, gritaria, cantoria, bandeiras, cartazes, filmes, esculturas em cera, rufar de tambores e guinchar de clarins, reboar de pés em marcha, ronco das esteiras dos tanques, zumbido dos aviões no ar, troar dos canhões – depois de seis dias de atividade, quando o grande orgasmo se aproximava trêmulo do clímax e o ódio geral contra a Eurásia se condensara em tamanho delírio que a multidão teria certamente esquarterado com as unhas os dois mil prisioneiros de guerra eurásianos cujo enforcamento público se realizaria no último dia – exatamente nesse momento, fora anunciado que a Oceania não estava em guerra com a Eurásia. Estava em guerra com a Lestásia. A Eurásia era aliada. Evidentemente, não se admitiu modificação alguma. Apenas se fez saber, com extrema inesperabilidade e em toda parte ao mesmo tempo, que a inimiga era a Lestásia e não a Eurásia (ORWELL, 2021-A, p. 215).

¹⁶ CAOS em Brasília: bolsonaristas invadem Congresso, Planalto e STF pedindo intervenção militar. Exame, 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/manifestantes-bolsonaristas-furam-bloqueio-da-esplanada-pedindo-intervencao-militar/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

¹⁷ MENSAGENS mostram como bolsonaristas articularam ato em Brasília que levou a invasão de STF, Congresso e Planalto. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/mensagens-bolsonaristas-terroristas-brasilia.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

¹⁸ TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2023.

A mudança súbita de inimigo não parou o evento, apenas o alvo. O homem que discursava com tremendo ódio no microfone recebeu uma mensagem discreta informando que o inimigo havia mudado. Ele continuou a discursar, furioso, mas mudando os nomes. Naquele momento, toda a população que carregava cartazes, bandeiras e placas percebeu o que acontecia.

A Oceania estava em guerra com a Lestásia! No momento seguinte houve uma tremenda comoção. As faixas, bandeiras e cartazes que adornavam a praça estavam todos errados! Cerca da metade ostentava caras erradas! Era sabotagem! Os agentes de Goldstein tinham agido! Houve um ruidoso interlúdio durante o qual os cartazes foram arrancados das paredes, as bandeiras rasgadas e pisadas. Os Espiões executaram proezas admiráveis, marinando sobre os telhados e cortando as faixas presas às chaminés. Dentro de um minuto ou dois tudo acabou. O orador, ainda agarrado ao microfone, ombros arcados para frente, a mão enorme ainda ameaçando, continuara o discurso. Dali a um minuto, os urros de fera da multidão furiosa de novo rasgaram os ares. O ódio continuou exatamente como antes. Apenas o alvo fora mudado (ORWELL, 2021, p. 216).

Nesse trecho do livro há uma crítica profunda ao fanatismo desmedido da desinformação. Independentemente das evidências concretas, o fanático acreditará no que lhe é dito por seu líder, pois está carregado com os sentimentos irracionais que as próprias *fake news* se encarregaram de gerar nele. E, como em “1984”, isso é essencial para a manutenção das constantes guerras.

Na reportagem da G1 (2018)¹⁹, é possível ver o discurso hoje reproduzido pelas massas bolsonaristas para justificar a invasão ao congresso. Ainda em sua campanha, em 2018, o ex-presidente Jair Bolsonaro acusava, sem provas, a fraude nas eleições brasileiras. Há tempos ele incentivava um movimento de voto impresso que descredibilizava a confiabilidade das urnas eletrônicas utilizadas no Brasil.

Como se pôde ver, essa mesma estratégia de mobilização social foi usada por Trump em sua campanha, em 2016. Mesmo o sistema eleitoral estadunidense sendo considerado um dos mais confiáveis do mundo, quando Trump iniciou suas acusações infundadas sobre uma suposta fraude eleitoral, o número de republicanos – partido conservador estadunidense – que deslegitimava o sistema de votação cresceu significativamente. Esse tipo de desmoralização é o ponto-chave para abalar as estruturas de uma democracia, porque gera um sentimento de insatisfação populacional muito perigoso. Se o próprio sistema de votação não é confiável, nada mais no governo é. Um líder que consegue produzir essa revolta caótica em seus apoiadores, facilmente consegue convencê-los de que aquilo em que vivem não é mais uma democracia. E, se não é mais uma democracia, eles não precisam respeitar os resultados da votação (LEVITSKY, 2018, p. 75).

Foi isso que aconteceu no Brasil. Em função da crença de que o sistema eleitoral foi fraudado em 2022, os chamados “patriotas” ficaram inconformados quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito. Efervescidos pela revolta que acreditam ser legítima, eles não mediram esforços para combater o governo de um presidente democraticamente eleito (A ROTINA..., 2022).

As *fake news* possuem um grande poder político quando usadas para minar instituições democráticas. Tanto Bolsonaro²⁰ quanto Trump não só atacaram constantemente seus adversários, como também a imprensa de seus respectivos países.

Além disso, há o mote da “grande ameaça externa”, que corrobora com a submissão popular em favor de um único indivíduo “salvador”. Em “1984”, as constantes guerras amedrontam a população, que é incentivada a colher sentimentos de ódio e medo contra o inimigo abstrato dos outros superestados.

A verdade é que não há diferença nenhuma entre o Grande Irmão e seus outros dois poderosos inimigos. Não há diferença entre seus governos e estruturas sociais. Assim como uma ditadura militar e uma ditadura comunista, não há uma verdadeira distinção no cerne da coisa.

¹⁹ NA PRIMEIRA transmissão ao vivo do hospital, Bolsonaro critica o PT e fala em fraude nas eleições. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/16/pela-primeira-vez-apos-ataque-bolsonaro-usa-rede-social-para-fazer-campanha-ao-vivo.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2023.

²⁰ BAPTISTA, Rodrigo. Jornalistas denunciam aumento de ataques à imprensa durante governo Bolsonaro. Agência Senado, 15 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/jornalistas-denunciam-aumento-de-ataques-a-imprensa-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 13 maio 2023.

O cidadão da Oceânia está proibido de se inteirar de quaisquer detalhes dos credos das outras duas filosofias, mas aprende a execrá-las como ofensas bárbaras à moralidade e ao bom senso. Na verdade, as três filosofias não têm quase nenhuma diferença entre si. Os sistemas sociais que elas justificam são idênticos. Em toda parte existe a mesma estrutura piramidal, a mesma adoração a um líder semidivino, a mesma economia justificada única e exclusivamente por uma atividade contínua de guerra (ORWELL, 2021-A, p. 233).

Quando as pessoas não percebem isso, elas continuam a lutar contra coisas que estão defendendo. Talvez a população não perceba, mas o ato de 08/01/23 pode ter sido o maior exemplo de duplispensamento de todo o governo Bolsonaro. Ou o maior feito de seu “Ministério da Verdade”.

Foi um ataque terrorista baseado em *fake news* por um governo que sabia bem o que estava fazendo. Então a questão de qual seria o propósito de toda essa “fábrica” de desinformação – que pôs em risco a maior conquista brasileira após anos obscuros da ditadura militar – se repete.

Não há nenhum ganho para um possível político em dismantelar toda a estrutura democrática e comprometer o sistema que protege os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros.

A não ser que ele compactue com os ideais de O’Brien.

5 Considerações finais

A presente pesquisa buscou estudar de que forma o Ministério da Verdade, da obra “1984”, de George Orwell, se relaciona com o processo de desinformação que contribuiu para o abalo do Estado democrático de direito no Brasil em 08/01/2023. Para isso, foi analisado a importância da obra “1984” como um fundamento para uma análise crítica do direito. Depois foi estabelecido uma relação entre o Ministério da Verdade e a fábrica de *fake news* do governo bolsonarista. Por fim, foi estudado como essa fábrica de *fake news* corroborou para os atos antidemocráticos ocorridos em 08/01/2023, esclarecendo como isso se relaciona com o Ministério da Verdade e as constantes guerras do universo de “1984”.

O estudo foi importante para trazer uma melhor compreensão dos sistemas de governo, tanto o democrático quanto o autocrático, e como medidas aparentemente inofensivas e ainda dentro das regras democráticas podem levar a população, sem que perceba, ao colapso de uma democracia. Por meio de analogias, metáforas e uma sociedade em um extremo regime totalitário, Orwell explicou as consequências de uma fábrica de desinformação em massa na sociedade.

Comparar o livro “1984” ao governo bolsonarista expôs muitas das ferramentas tradicionais dos regimes tirânicos, o que é importante no âmbito acadêmico para incentivar o estudo sobre o tema. Esse tipo de propaganda política violenta não é um método novo na história, mas foi extremamente aprimorado nos últimos anos pela internet, redes sociais e pelas novas tecnologias de *big data*. É de suma importância que a sociedade se alerte para esse assunto, caso contrário, será facilmente manipulada até que não haja mais um conceito firme de democracia.

A autora desta pesquisa acredita que o estudo serviu de alerta, pois quando se vivencia a situação apenas por meio dos jornais, é impossível de se imaginar todo o mecanismo mal-intencionado – e bem arquitetado, diga-se de passagem – que existe por trás. No caso da eleição de Bolsonaro, o método ultrapassou barreiras nacionais – pode-se até dizer que foi importado. Como autora, a pesquisa servirá como inspiração, pois, assim como Orwell denunciou os moldes do totalitarismo de sua época, é importante que, na contemporaneidade, as novas ameaças sejam igualmente – e comprovadamente – estudadas e denunciadas.

No primeiro capítulo, foi demonstrada a importância da literatura para o direito no geral, pois escrever representa o ato de emitir ideias, de fazer denúncias e até de educar. É uma expressão dos direitos fundamentais previstos na Constituição, e a importância desse simples ato foi demonstrada pelo protagonista do livro “1984”, o Winston. Seu ato de escrever foi o primeiro passo para sua tentativa de alcançar a liberdade.

No segundo capítulo várias fábricas de *fake news* ao redor do mundo foram estudadas, demonstrando que esse processo de desinformação em massa voltado para a política não foi um exclusivo do Brasil. O governo Bolsonaro também foi comparado ao Ministério da Verdade, evidenciando que o principal fator em comum entre os dois são exatamente as *fake news*.

Já no terceiro capítulo, o governo Bolsonaro foi destrinchado desde o período anterior à sua candidatura até o pós-governo, abordando todos os fatores que influenciaram na eleição de Bolsonaro e todos os fatores que quase o impediram de sair do poder. O mecanismo das *fake news* foi explanado bem como o ato antidemocrático de 08/01/2023. Conclui-se que houve um planejamento de anos para a sua candidatura, e a ligação nociva com a extrema-direita americana foi um fator fundamental para tudo funcionar.

As *fake news* do WhatsApp foram definitivamente o fator primordial que elegeu Bolsonaro e que tanto oscilou os pilares da democracia brasileira. Aparentemente inofensivas, as notificações fraudulentas tiveram força para converter-se no ato terrorista ao Congresso Nacional, um dos mais importantes símbolos democráticos da nação.

O assunto deste artigo não foi esgotado – e talvez não esteja nem perto de conseguir ser um dia –, então há uma interessante brecha para ser mais aprofundado futuramente.

6 Referências

A ROTINA do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar. *BBC*, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64042482>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAPTISTA, Rodrigo. Jornalistas denunciam aumento de ataques à imprensa durante governo Bolsonaro. *Agência Senado*, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/jornalistas-denunciam-aumento-de-ataques-a-imprensa-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 13 maio 2023.

BOCCHINO, Lavinia Assis; SAMPAIO, José Adércio Leite. A ameaça das fake news para a democracia e os direitos humanos na era do tecnopopulismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA, 6, 2021. Anais... Portugal: 2021.

BOLSONARO: brasileiro tem que ser estudado: pula no esgoto e nada acontece. *UOL*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-tem-que-ser-estudado-cai-no-esgoto-e-nada-acontece.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BOLSONARO diz que provará que houve fraude na eleição de 2018. *CNN*, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRITTO, Carlos Ayres. *O humanismo como categoria constitucional*. 2. reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

CAOS em Brasília: bolsonaristas invadem Congresso, Planalto e STF pedindo intervenção militar. *Exame*. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/manifestantes-bolsonaristas-furam-bloqueio-da-esplanada-pedindo-intervencao-militar/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CHADE, Jamil. Vacina, 5G e comunismo: o discurso casado de Bolsonaro e Trump contra China. *Uol*. 1 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/01/aliado-de-trump-bolsonaro-vive-dependencia-inedita-da-china-no-comercio.htm>. Acesso em: 15 maio 2023.

CALEJON, Cesar. *A Ascensão do Bolsonarismo no Brasil do Século XXI*. Curitiba: Kotter, 2021.

COMPARE falas de Bolsonaro sobre ameaça comunista e depoimentos de terroristas. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/video/compare-falas-de-bolsonaro-sobre-ameaca-comunista-e-depoimentos-de-terroristas-11284846.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

CRUZ, Matheus Mendanha. Cultura política no Brasil: o retorno do pedido pela intervenção militar. *Revista Vernáculo*, set. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/50815>. Acesso em: 21 jul. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rv.v0i42.50815>.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestigo, 2019.

FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. In: *G1.globo.com*. São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/28/e-fake-foto-de-trump-com-camiseta-pro-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. In: *G1.globo.com*. São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/e-fake-que-o-tre-sp-identificou-urnas-que-adulteraram-os-votos-digitados.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FATO ou fake: quase mil checagens na eleição. In: *G1.globo.com*. São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/28/e-fake-que-haddad-e-acusado-de-estuprar-menina-de-11-anos.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

FAVRETTO, Angélica. Carlos Nadalim. O crítico de Paulo Freire que está conquistando as famílias na internet. *Sempre Família*, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/educacao-dos-filhos/carlos-nadalim-o-critico-de-paulo-freire-que-esta-conquistando-as-familias-na-internet/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FLYNN, Nigel. *George Orwell*. [s.d.]: Wayland, 1989.

FROMM, Erich. 1961. In: ORWELL, George. 1984. Companhia das Letras, 2021-A.

GODOY, Arnaldo. *Direito e literatura*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GOMES, Caio. *Físico reage a Olavo de Carvalho sobre Newton e terra plana*. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MU5O-9VxzNM&t=393s>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LELLIS, Leonardo; FUX, Luiz. Eleições podem até ser anuladas por causa de 'fake news'. *Veja*, 24 abr. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/luiz-fux-eleicoes-podem-ser-anuladas-por-causa-de-fake-news/>. Acesso em: 16 maio 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LIS, Laís. *Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil*. *G1*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MACDONALD, Fiona. A manipulação de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das 'fake news'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-42810209>. Acesso em: 16 maio 2023.

MENSAGENS mostram como bolsonaristas articularam ato em Brasília que levou a invasão de STF, Congresso e Planalto. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/mensagens-bolsonaristas-terroristas-brasilia.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MORAES, Alexandre Santos de; SILVA, Daniel Pinha. A pandemia nas lives semanais: o uso de atenuadores na retórica anticrise de Jair Bolsonaro. *Topoi*, v. 22, p. 740-762, 2021.

MOURÃO diz que país herdou "indolência" do índio e "malandragem" do negro. *UOL*, 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/mourao-diz-que-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/#:~:text=Temos%20uma%20certa%20heran%C3%A7a%20da,malandragem%20%C3%A9%20oriunda%20do%20africano>. Acesso em: 10 jun. 2023.

NA PRIMEIRA transmissão ao vivo do hospital, Bolsonaro critica o PT e fala em fraude nas eleições. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/16/pela-primeira-vez-apos-ataque-bolsonaro-usa-rede-social-para-fazer-campanha-ao-vivo.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2023.

NEVADO, Pedro Picaluga. *Popper e a investigação: a metodologia hipotética-dedutiva*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Departamento de Gestão, Advance, Workingpaper n. 8-08, 2008. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2564>. Acesso em: 26 jul. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Antonio da Silva. *O Direito à Liberdade de Expressão Eleitoral em tempos de fake news*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021-A.

ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Companhia das Letras, 2021-B. Disponível em: <https://cdl-static.s3-sa-east-1.amazonaws.com/trechos/9788582851296.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

PASQUINI, Patrícia. Estudo diz que 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake News. *Valor Econômico*, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/02/estudo-diz-que-90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

PINHEIRO, Amanda Lima Gomes. *Apesar de você: a arte como forma de liberdade de expressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 64, p. 27-47, 2014.

PRIVACIDADE Hackeada. Direção de Karim Amer e Jehane Noujaim. Produzido por Karim Amer e Jehane Noujaim. Estados Unidos: Netflix/The Othrs, 2019 (1h50). Disponível em: <https://www.netflix.com/browse>.

SCHWARTZ, Germano. *A constituição, a literatura e o direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SOUSA, Matheus Bahia; BRITO FILHO, José Claudio Monteiro. Constitucionalismo e democracia: a democracia indireta brasileira comparada à democracia direta. *Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná*, v. 7, n. 13, 2020.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2023.